



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 135

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE NOVEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 135

128ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Comunicado 04

Indicações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos 13

Dep. Antonio Belinati 14

Dep. Elton Welter 16

Dep. Mario Roque 17

Dep. Tadeu Veneri 17

Dep. Péricles de Mello 18

Grande Expediente:

Dep. Durval Amaral 21

Dep. Stephanes Júnior 23

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 15

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 19

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró 24

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 25

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 27

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 28

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 30

Discussão/Votação

Redação Final 30

3ª Discussão 31

2ª Discussão 31

1ª Discussão 31

Requerimentos 34

Encerramento da Sessão 36

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT 36

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato 37

DIÁRIO Nº 135

128ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

09 DE NOVEMBRO DE 2009

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Cida Bortghetti e pelo Sr. Deputado Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Bortghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Dr.

Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício e Jonas Guimarães (05).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Neivo Beraldin e Osmar Bertoldi (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CEE/CC 3480, 3481, 3482, 3538, 3540 e 3542/09, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil, comunicando que o Sr. Roberto Requião, Governador do Estado SANCIONOU os Projetos de Lei nºs:

488/08: De autoria do Deputado Edgar Bueno que, proíbe a fabricação e a comercialização da mistura de cola e vidro popularmente conhecida como cerol, bem como qualquer outro produto cortante que possa ser aplicado em pipas ou papagaios, o qual convertido em Lei tomou o nº 16246. **Anote-se - Arquivo-se.**

385/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Reserva, o qual convertido em Lei tomou o nº 16245. **Anote-se - Arquivo-se.**

357/08: De autoria do Deputado Nelson Justus que, denomina Colégio Estadual Lindamir Alberti, o Colégio Estadual Esperança, localizado no Município de Colombo, o qual convertido em lei tomou o nº 16247. **Anote-se - Arquivo-se.**

448/09: Do Poder Executivo que, denomina de Doutor Victor de Almeida Barbosa, o Hospital Geral de Telêmaco Borba, localizado na Avenida Marechal

Floriano Peixoto, s/nº, Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, o qual convertido em lei tomou o nº 16249. **Anote-se - Arquivo-se.**

227/08: De autoria do Deputado Ney Leprevost que, insere parágrafo 3º no artigo 1º, da Lei nº 11182, de 23/10/95, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 16250. **Anote-se - Arquivo-se.**

445/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, ao Município de Contenda, o qual convertido em lei tomou o nº 16251. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 134/09 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 301/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 135/09 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 028/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 136/09 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 100/09, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CEE/CC 3454/09 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita esclarecimentos sobre investigações da CPI do BANESTADO. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1949/09-OPD/GP do Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES requerido pelo Deputado Neivo Beraldin, que solicita esclarecimentos sobre as ONGs que receberam recursos públicos. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 609/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia do Segundo Termo Aditivo de Prorrogação de Ofício do Convênio nº 121/07, bem como publicação do Diário Oficial da União. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 610/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação de Ofício do Convênio nº 121/07, bem como publicação do Diário Oficial da União. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 611/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia dos dados referentes à celebração do Termo de Cooperação Técnica nº 55000.002341/08-77, celebrado com a UTFPR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 612/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia dos dados referentes à celebração do 1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica nº 55000.002341/08-77, celebrado com a UTFPR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 474/2009/Gov do Estado do Paraná do Sr. Luiz Henrique Borgo, Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 701.181,43 (setecentos e um mil, cento e oitenta e um reais e quarenta e três centavos), destinados a este Município, referente às parcelas dos Contratos de Repasse nºs 226.011-09 e 226.006-35 junto ao Programa PPI/FAVELAS. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000582/09 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PDDE. **Ao conhecimento da Casa.**

Comunicado

COMUNICADO

Comunico aos Srs. Deputados que foi publicada no Diário da Assembleia a proposta de emenda constitucional - Proposição nº 071/09, de autoria do Deputado Elton Welter, que objetiva alterar o parágrafo único do artigo 133, da Constituição Estadual.

Sendo assim, está aberto o prazo de três dias para apresentação de emendas, de acordo com o capítulo I do título V, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NELSON JUSTUS

Indicações

INDICAÇÃO Nº 915/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado dos Transportes que a PR-090, passe a ser denominada Rodovia Gumerindo Boza, nos trechos que interligam o Município de Curitiba e a sede do Município de Campo Magro.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER, seja proposta ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes Rogério Wallbach que a PR-090, passe a ser denominada Rodovia Gumerindo Boza, nos trechos que interligam o Município de Curitiba e a sede do Município de Campo Magro.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem por escopo homenagear um dos mais antigos moradores da Cidade, que durante sua vida contribuiu para o crescimento e desenvolvimento da Cidade entrando para a história do Município.

Entre seus feitos que tiveram participação no desenvolvimento da Cidade, relaciona-se ao fato de ter sido um dos primeiros a utilizar a Estrada do Cerne, para transportar café entre os anos de 1950 e 1955, sendo portanto, um dos primeiros comerciantes do Município.

Casado com Aurora Andrade Boza, teve 07 (sete) filhos, sendo um deles adotivo, foi muito religioso, tendo importante papel na construção do Colégio Interno Divina Pastora, o qual servia de abrigo para as freiras que vinham de Curitiba para a realização de suas aulas.

Desenvolveu em sua comunidade trabalhos como: transportes de doentes para atendimento médico, teve o reconhecimento da população local ao ser eleito vereador com 526 votos pelo partido da ARENA, quando Campo Magro ainda pertencia ao Município de almirante Tamandaré, exercendo seu mandato no período de 1973 á 1976.

Frise-se que há época, o Vereador eleito efetuava um trabalho voluntário, inexistindo remuneração para a atividade desenvolvida.

Ao longo de sua vida, pela pessoa carismática e popular que foi, teve 395 afilhados, sendo uma pessoa admirada por seus feitos.

Gumerindo Boza, faleceu em 16/10/03, com a certeza de muito ter contribuído para o crescimento e desenvolvimento do Município de Campo Magro.

INDICAÇÃO Nº 916/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Saúde, a disponibilização de uma ambulância para o Município de Rio Branco do Sul.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER, seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde Gilberto Berguio Martin, a disponibilização de uma ambulância ou a liberação de recursos para aquisição desta, para melhor atender as necessidades do Município de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O Município conforme Censo IBGE/2007 tem uma população aproximadamente de 31 mil 486 habitantes, dispondo na área da saúde somente de um pequeno hospital e uma ambulância em estado precário que fica mais tempos em manutenção, do que em funcionamento, prejudicando desta forma o atendimento a população carente.

Por essa razão, consideramos o pleito legítimo e justo para garantir ao referido Município, um atendimento digno à população no que se refere à saúde pública.

INDICAÇÃO N° 917/09**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Saúde, a disponibilização de uma ambulância para o Município de Almirante Tamandaré.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER, seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde Gilberto Berguio Martin, a disponibilização de uma ambulância ou a liberação de recursos para aquisição desta, para melhor atender as necessidades do Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O Município conforme Censo IBGE/2007 tem uma população aproximadamente de 93 mil 055 habitantes, dispondo na área da saúde somente de uma ambulância e um veículo modelo Kombi (que geralmente está em manutenção devido ao seu intenso uso).

Ocorre que em alguns casos de emergência, quando a ambulância não esta disponível é utilizado o veículo do transporte social ou até mesmo o veículo da vigilância sanitária para transportar pacientes que necessitam de transferência para outras unidades de saúde em Curitiba e região.

Por essa razão, consideramos o pleito legítimo e justo para garantir ao referido Município, um atendimento digno à população no que se refere à saúde pública.

Requerimentos**REQUERIMENTO N° 5371**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene Comemorativa ao Dia do Diretor de Escola, no dia 12 de novembro, quinta-feira, às 17hs, no Plenário.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando o presente evento reunindo os diretores de escolas municipais e estaduais de Curitiba, prestando homenagens em reconhecimento a função que os diretores desempenham frente às escolas, atuando com dedicação e profissionalismo para os alunos, professores e funcionários.

REQUERIMENTO N° 5357

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ernani Ribas do Valle.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

de office boy a auxiliar de garçom aos doze anos de idade. E de auxiliar de garçom a maitre do segundo maior restaurante do mundo.

Eis aí o resumo da trajetória profissional tão profícu quanto efêmera do mais famoso gerente de restaurante do Brasil e, conseqüentemente, conhecido no mundo inteiro.

Na quinta-feira, dia 5, o bairro-cidade de Santa Felicidade despediu-se de um dentre os seus moradores mais ilustres.

Despedimo-nos de Ernani Ribas Valle, vitimado por mal súbito provocado pela diabete.

Tão sereno e tranquilo viveu que preferiu partir discretamente, poupando família e amigos de despedida chorosa e demorada.

É-nos difícil tecer referências maiores e elogiosas a pessoa de Ernani Ribas do Valle, pois elas já estão registradas em páginas da Imprensa daqui da Capital e de muitos cantos do mundo.

A família Madalosso, hoje presidida por dona Flora, lamenta a perda do seu mais dileto colaborador, testemunha sempre presente no avanço empresarial daquela casa, referência maior da Curitiba em todos os roteiros turísticos, doméstico e internacional.

E à dona Flora Madalosso Bertoldi que solicitamos o envio de cópia deste Voto de Pesar a ser transmitido à família de Ernani Ribas do Valle.

Requeremos a Mesa também, o envio de dando ciência desta iniciativa, a direção do Curitiba Foot-Ball Clube, entidade centenária desportiva paranaense, da qual Ernani era respeitável Conselheiro.

REQUERIMENTO N° 5359

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do ex-Prefeito de Ivatuba, Adolfo Semprebom.

Adolfo Semprebom foi prefeito de Ivatuba por três mandatos. Sua última passagem pela Prefeitura terminou ano passado.

Adolfo deixa saudades entre os amigos e companheiros. Sua alegria a todos contagiava.

Rogamos a Deus para que conforte a família enlutada neste momento de dor.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 5365

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 16 de outubro do corrente ano, do senhor Luiz Carlos Perle.

Nascido em 21/06/53, filho de Erich José Perle e Silvia Foiatto Perle, conhecida como Dona Celeste, Luiz Carlos Perle trabalhou por muitos anos como bancário, chegando à gerência do antigo Banco do Estado do Paraná.

Posteriormente, passou a desenvolver as funções de cartório, no Tabelionato Cordeiro, em São José dos Pinhais, onde trabalhou nos últimos 10 anos, aposentando-se recentemente.

Sua grande missão, no entanto, foi realizada como Ministro da Paróquia São Pedro. Ali, tendo como principal atividade servir o próximo, Perle, como ficou conhecido, atendia a todos os que o procuravam, sempre reservando uma grande palavra amiga para cada um.

Perle prestou grande colaboração ao Município com seu conhecimento, participação e convívio. Deixa viúva Bernadete Carraro Cortiane Perle, com quem em uma união de 31 anos, teve três filhos: Alessandro (em memória), Andressa e André Luiz, casado com Cyntia Priscila.

Sua passagem deixa exemplo de convivência de amor a seus familiares e a todos que tiveram a grande oportunidade de lhe conhecer. A família, que desfrutou de sua convivência tão sublime, recebeu ampla manifestação de sentimento de pesar pelo seu falecimento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO N° 5367

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do senhor Tadaomi Terada, agricultor, com 74 anos de idade, no último dia 31 de outubro em Maringá.

Tadaomi Terada era filho do Sr. Minoru Terada, e da Sra. Miyuke Terada. Deixa viúva a Sr. Misako Terada e 03 (três) filhos; Alice Terada Arita, Milton Terada e Izaura Terada. Deixa ainda 07 (sete) netos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO N° 5368

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do senhor Adolfo Joaquim Semprebom, ex-Prefeito de Ivatuba por três mandatos e agricultor, com 67 anos de idade, no último dia 07 de novembro em Maringá.

Adolfo Joaquim Semprebom era filho do Sr. Aurelio Semprebom, e da Sra. Angela Bonjorno Semprebom. Deixa viúva a Sra. Ivone Tortura Semprebom e 02 (duas) filhas; Andrea Semprebom e Adriangela Cristina Semprebom. Deixa ainda 03 (três) netas.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO N° 5378

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Ernani Ribas do Valle, ocorrido em outubro.

Ernani, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era gerente do restaurante Madalosso.

Pessoa conhecida por todos, passou a vida nos salões do restaurante, atendendo, distribuindo simpatia e cordialidade, 40 anos fazendo amizades. Era considerado um patrimônio da casa, um profissional dedicado que construiu uma carreira de respeito, reconhecido pela sua competência e talento em atender.

Deixa dois filhos e uma neta.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO N° 5381

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Sofia Hacker Optz, ocorrido recentemente.

Dona Sofia, como era conhecida, tinha uma vida comunitária intensa, sempre lutando pelos direitos dos moradores de seu bairro.

Ativa também na comunidade religiosa, fazia questão de participar dos eventos da igreja, iniciando-se no trabalho pastoral do Santuário de Nossa Senhora do Sagrado Coração, no Pinheirinho, ajudou a fundar a Comunidade Rainha dos Apóstolos.

Deixa viúvo, filhos, netos e bisneto.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 5383

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Alsedo Leprevost, ocorrido em outubro.

Dr. Alsedo, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era professor e engenheiro químico.

Expressiva personalidade, era presidente do Conselho Regional de Química da 9ª região e professor que dedicou sua vida a área, proeminente engenheiro químico, transmitiu todo seu conhecimento aos seus Pares, demonstrando-se um homem culto e sábio. Fundador do atual TECPAR, ocupou também o cargo de pró-reitor da Universidade Federal do Paraná.

Deixa duas filhas.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 5387

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 7 de novembro, do ex-Prefeito do Município de Ivatuba, Sr. Adolfo Semprebom.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 5388

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Ernani Ribas do Valle, ocorrido no dia 05 de novembro, em Curitiba.

Curitiba perde o maitre mais famoso e carismático da Cidade. Durante mais de 40 anos trabalhou no

Restaurante Madalosso, onde, com sua simpatia e disposição, serviu diversas personalidades. Sua ausência será muito lamentada.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 5389

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 7 de setembro, do ex-Prefeito do Município de Ivatuba, Sr. Adolfo Semprebom.

Requer, outrossim, que a decisão da casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 5392

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Faria Cardoso, pelo falecimento da Sra. Domingas Lopes de Faria Cardoso, ocorrido no dia 03 de novembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família Faria Cardoso, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 5358

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações aos Municípios de Boa Vista da Aparecida, Nova Prata do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Boa Esperança do Iguaçu e Capitão Leônidas Marques, integrantes do PROCAXIAS, pela “IV Operação Lago Limpo”, que teve seu encerramento no dia 31 de outubro.

Requer, ainda, que deste requerimento se dê ciência aos senhores Prefeitos Municipais Wolnei Antonio Savaris, em Boa Vista da Aparecida; Ruben Miguel Foletto, em Nova Prata do Iguaçu; Dilmar Turmina, em Cruzeiro do Iguaçu; Gerso Francisco Gusso, em Três Barras do Paraná; Claudemir Freitas, em Boa Esperança do Iguaçu; e Claudiomiro Quadri, em Capitão Leônidas Marques, todos no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios retro mencionados participaram da “IV Operação Lago Limpo”, oficialmente encerrada no último dia 13 de outubro, e que contou com um total de

561 voluntários, 91 barcos, culminando com a coleta de 24.937 quilos de material, além do plantio de 2.300 mudas de árvores.

Esse projeto que vem se realizando anualmente, auxilia de forma altamente positiva para a preservação do meio ambiente e a limpeza dos rios, contribuindo sobremaneira para a conscientização da população.

Com este requerimento, nossa homenagem aos municípios participantes, com o desejo de que sirvam de exemplo para que muitos outros se integrem ao movimento.

REQUERIMENTO Nº 5360

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do Município de Marialva, Edgar Silvestre, e ao Presidente da Câmara, Vereador Valdemir Abílio de Brito, em razão do 58º Aniversário do Município.

A comunidade marialvense merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5361

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do Município de Quatro Barras, Loreno Bernardo Tolardo, e ao Presidente da Câmara, Vereador Antonio Cezar Creplive, em razão do 48º Aniversário do Município.

A comunidade quatrobarrense merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5362

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Promotora Elza Kimie Sangalli, pela posse no cargo de Procuradora, que ocorrerá em 12/11/09, no Ministério Público do Paraná.

Natural de Valparaíso, São Paulo, a futura Procuradora chegou ao Paraná para fazer o curso de Direito na Universidade Estadual de Maringá, Cidade onde estabeleceu e onde chegou a advogar, atuando pela Prefeitura Municipal.

Ingressou no Ministério Público em junho de 1985, começando a carreira como promotora substituta em Loanda e depois em Nova Esperança. Foi promovida em seguida para seguir carreira em Alto Paraná, em Pitanga, em Paranavaí em Foz do Iguaçu, para depois voltar a Maringá.

Trata-se de conquista que enobrece a participação da mulher nos destinos da sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5364

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações ao Lions Clube de Curitiba Batel, pela celebração do Jubileu de Ouro, dessa instituição, que há 50 anos presta serviços à comunidade de Curitiba. Entre os dias 14 a 18 de novembro ocorrerão várias festividades que culminarão, no dia 18, na Assembleia Geral Festiva do jubileu de Ouro do Lions clube de Curitiba Batel, que terá lugar no Salão Veneto do Restaurante Veneza, em Santa Felicidade.

Esta Casa se sente honrada em reverenciar a história de serviços e realizações do Lions Clube de Curitiba Batel, e se associa, com júbilo, às merecidas homenagens a ele prestada por ocasião da celebração do seu Jubileu de Ouro.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao presidente do Lions Clube Curitiba Batel, Sr. Carlos Eugênio Carneiro de Mello.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 5391

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à população de Quatro Barras, através de seu Prefeito Sr. Loreno Bernardo Tolardo, pelas comemorações de seu 48º aniversário no dia 09 de novembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência do mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura de Quatro Barras.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 5399 A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulação pelo 17º aniversário de emancipação política do Município de Itaipulândia, a ser contemplado dia 10 de novembro.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento ao Sr. Lotário Oto Knob, Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Embora o auge da colonização de Itaipulândia tenha ocorrido no início da década de 1960, as terras que abrangem o atual território do Município de Itaipulândia possuem movimentação bem mais antiga. Isso remonta a época em que empresas estrangeiras, principalmente Argentinas, exploravam erva mate e madeira na região. Itaipulândia tem hoje como principal fonte de arrecadação os royalties recebidos mensalmente da itaipu, como forma de compensação das terras inundadas pelo reservatório da hidrelétrica, mas possui vocação para o turismo e ao agronegócio.

REQUERIMENTO Nº 5372

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Ana Maria Higuti Becker.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Ana Maria Higuti Becker, jovem estudante que conquistou uma vaga no curso de Direito, através de seu esforço e empenho, aplicou sua inteligência no sentido de aprender, transformando o saber adquirido em resultado concreto.

Seu conhecimento proporcionou-lhe a transposição de uma etapa, abrindo os rumos de uma nova vida de realização profissional. Fazendo do estudo, o caminho do seu futuro, provando que o conhecimento e a determinação são os instrumentos para vencer os desafios da vida.

REQUERIMENTO Nº 5373

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio Nilson de Oliveira.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio Nilson de Oliveira, estabelecida no Município de Ponta Grossa, abrangendo além de sua sede, os Municípios da região. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 10 de novembro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 5374

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio FM Folha.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio FM Folha, estabelecida no Município de Londrina, abrangendo além de sua sede, os Municípios da região. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 09 de novembro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 5375

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio Vale Verde.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio Vale Verde, estabelecida no Município de Jesuítas, abrangendo além de sua sede, os Municípios da região. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 04 de novembro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 5376

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Simões de Assis Galeria de Arte.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Simões de Assis Galeria de Arte, fundada em 1984 por Waldir Simões de Assis Filho com o objetivo de difundir a arte contemporânea, expondo os grandes nomes da arte brasileira.

Desenvolvendo projetos especiais com os museus nacionais e colaborando na organização de várias mostras culturais dos artistas que representa, destaca-se como uma das mais respeitadas galerias do país, demonstrando a capacidade e a competência de uma empresa genuinamente paranaense.

REQUERIMENTO Nº 5377

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Anaídes Pimentel da Silva Orth.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Anaídes Pimentel da Silva Orth, que realiza ações de interesses da comunidade, sempre de forma a assistir os mais necessitados com programas nas mais diversas áreas, incentivando o bom relacionamento entre as pessoas e difundindo a fraternidade entre os povos, cumprindo um papel de suma importância na sociedade, destacando-se pelo caráter humanitário.

Uma rotariana dedicada ao trabalho com a juventude, participativa e atuante.

REQUERIMENTO Nº 5379

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio Pioneira de Formosa.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio Pioneira de Formosa, estabelecida no Município de Formosa do Oeste, abrangendo além de sua sede, os Municípios da região. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 04 de novembro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 5380

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Simone Campos.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Simone Campos, Bacharel em Artes Plásticas pela Escola de Música e Belas

Artes do Paraná, com aperfeiçoamento em técnicas de pintura e desenho na Scuola Lorenzo de Medici em Firenze na Itália.

Artista plástica consagrada, participou de diversas exposições individuais e coletivas, tendo sido premiada como Talento do Paraná no ano de 2000. Através de suas mais recentes obras, inaugura uma nova fase em sua carreira, expondo seu trabalho em Portugal e na França, levando o talento e a qualidade artística paranaense ao exterior.

REQUERIMENTO Nº 5382

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Trenton Roncato Juraszeck.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Trenton Roncato Juraszeck, jovem estudante que conquistou uma vaga no curso de Engenharia Mecatrônica, através de seu esforço, transformando o saber adquirido em resultado concreto.

Seu conhecimento proporcionou-lhe a transposição de uma etapa, abrindo aos rumos de uma nova vida de realização profissional. Fazendo do estudo, o caminho do seu futuro, provando que o conhecimento e a determinação são os instrumentos para vencer os desafios da vida.

REQUERIMENTO Nº 5384

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Pe. Emidio Lopes.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Pe. Emidio Lopes, sacerdote da paróquia de São Pedro Apóstolo em Itaperuçu, dirigente deste local sagrado, para onde, por devoção, acorrem peregrinos de diversas regiões, aumentando suas responsabilidades como governante das palavras do Êxodo 25:8 “E me farão um santuário para que possa habitar no meio deles”.

Coordenador de ações sociais que beneficiam crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários, demonstra toda sua dedicação e amor ao próximo, na Igreja de Cristo, detentor na plenitude dos sete sacramentos e dos outros meios necessários para a salvação dados por Jesus à Igreja.

REQUERIMENTO Nº 5385

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Mauri Costa Cristo.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Mauri Costa Cristo da Comissão Organizadora da Festa da Comunidade Canelão e aos seus colaboradores, que através de seu empenho, realizaram um evento levando a diversão e a religiosidade à comunidade.

Uma festa que, representa a esperança e a fé no mundo dos homens, com igualdade, prosperidade e abundância para todos. Congregando os fiéis em ação de graças ao Senhor, buscando a realização da Capela São Sebastião, realizando o templo de “um soldado de dois exércitos”.

REQUERIMENTO N° 5386

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Associação Comunitária Esportiva Clube dos Amigos.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Associação Comunitária Esportiva Clube dos Amigos, fundada em março de 1969 pelas famílias Stelmak, Schultz e Fronza, com o objetivo de reunir os amigos em torno da prática esportiva.

Com o passar dos anos, tornou-se uma entidade tradicional que transmite não só aos filiados, mas a comunidade em geral, os benefícios de se praticar o esporte e a solidariedade. Realizando eventos sociais que favorecem os mais carentes, demonstram toda sua responsabilidade como cidadãos engajados na melhoria das condições humanas.

REQUERIMENTO N° 5399

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Administrador Executivo da Empresa Transporte Coletivo Cidade Canção, Roberto Jacomelli, solicitando do mesmo a implantação de linha turismo no Município de Maringá.

A exemplo do que ocorre em Curitiba, quando os ônibus turismo fazem o maior sucesso e são constantemente utilizados por benfeitoria, buscando difundir os pontos turísticos daquela municipalidade.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 5370

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Reinhold Stephanes, solicitando sua intervenção para a resolução dos fatos abaixo narrados o mais breve possível:

Senhor Ministro, a situação funcional de 95 servidores à nível nacional, (40 no Paraná) ocupantes do cargo de Auxiliar Operacional em Agropecuário, dentro do Ministério da Agricultura. Esses servidores foram admitidos no Ministério da Agricultura através de concurso público no cargo de Nível Médio de Agente de Atividades Agropecuária, criada pela Lei 72950 de 18 de outubro de 1973, código NM-1007, Classe A. O concurso ocorreu nos anos de 1983, 1984 para preenchimento de vagas no Estado do Paraná. Depois de decorridos 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo de agente de Atividades Agropecuária, a MP n° 106/89, publicada no DOU em 16 de novembro de 1989, posteriormente convertida na Lei n° 7923/89, veio a merecer alterações, dadas pela Lei n° 7995/90, as quais dividiram as categorias funcionais de Nível Médio em Nível Intermediário - NI e Nível Auxiliar - NA com vigência a partir de 10 de novembro de 1989, desconsiderando a situação já consolidada como servidores e o fato de terem preenchidos todos os requisitos exigidos no edital do concurso, para ingresso no Serviço Público.

Assim, o então cargo de Auxiliar Operacional em Agropecuária, de acordo com o Anexo XI da Lei n° 7995/90, foi transformado em categoria funcional, deixando de integrar o conjunto de cargos que compunha o Grupo dos Agentes de Atividades Agropecuárias, código NM-1007, e passou a recepcionar os servidores rebaixados ao Nível Auxiliar, sem levar em consideração se os mesmos já preenchiam o requisito de conclusão do segundo grau, requisito este necessário para ocupar o cargo de Agente de Atividades Agropecuário. Essa conduta administrativa teve como base o fato esses 95 (noventa e cinco) servidores foram rebaixados de nível como se não possuíssem o 2° grau, mas já haviam concluído antes mesmo do ingresso no serviço público, o que deixa evidente a falta de critérios e o erro administrativo, tendo em vista que tinham o direito de permanecer no cargo para o qual fizeram o concurso, direito este adquirido pelo desempenho na função do cargo de Agente de Atividades Agropecuário, a qual desempenham até o dia de hoje. A administração de Recursos Humanos do Ministério da Agricultura, salvo melhor juízo, violou uma Cláusula Pétrea da Constituição Federal em seu artigo 5° XXXVII que diz “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito, e a coisa julgada.”

Há, ainda, um processo onde os servidores pedem o enquadramento para o cargo para o qual ingressam no serviço público, processo este de n° 21034.004983/78 tendo como signatários os servidores. Aggeio Fleury da Silveira Neto, Edson Rubens Brito Maziero, Dirce Guedes de Oliveira, Jair Roberto Bertol, Alirio Donizete de Lima, Alaíde de Oliveira Mota Schumacher, Rosa de Fátima Busata, Adelar Antonio Malacarne, Edmilson Testoni e Jovenir Maurício da Silva entre outros. A Comissão Especial formada pelos servidores, Gesualda

Silvana Drago - Presidente, (Advocacia Geral da União), Eraldo Cavalcante Sobrinho membro, (cargo médico veterinário), Deise Ferri membro (cargo médico veterinário) e Iolanda S. Pegoraro membro e secretária (cargo Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal).

Em seu relatório final esta comissão especial explana, que durante a investigação conseguiu vislumbrar que ocorreu erro administrativo no enquadramento desses servidores, pois não foi levado em conta a situação funcional de 1989, quando já possuíam o certificado de conclusão do segundo grau, e deveriam ter permanecido no cargo de Agente de Atividades Agropecuário, e não o novo enquadramento quando houve o rebaixamento de função para o qual fizeram o concurso público.

Sr. Ministro, o breve arrazoado deixa claro o enorme prejuízo que estes servidores estão sofrendo em razão da abrupta e unilateral alteração de situação funcional indevidamente imposta pelo poder público. Este processo encontra-se parado desde 10/11/06 na Divisão de Gestão e Carreira e evolução Funcional DCEF/COLEP/CGRH, para analisar e fornecer subsídios.

Assim, solicito a intervenção de V. Exa., que assumiu esta pasta com o mesmo espírito de responsabilidade e vontade de servir que tem marcado sua vida como homem público, que na medida do possível se corrija a injustiça perpetrada contra esses 95 servidores (Agente de Atividade Agropecuária).

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 5363

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à mesa seja endereçada correspondência ao Governador do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, bem como à Secretaria de Estado de Educação, solicitando dos mesmos a liberação de recursos para a construção de rampas de locomoção na Escola Estadual Professor José Darcy de Carvalho.

Trata-se de benfeitoria essencial para dar condições de acessibilidade aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5398

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, pedido de informações aos Ilmo. Sr. Aron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, referente as seguintes informações:

1) Qual a arrecadação total do ICMS sobre cigarros e similares?

2) Qual o valor calculado e estimado da sonegação sobre estes itens no tange aos contrabandos realizados no Estado?

Haja vista a grande incidência de autuações e apreensões de cigarros oriundos da além fronteira do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) FABIO CAMARGO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 621/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada Rodovia Julio Motta a Rodovia PR-182, no trecho Santa Isabel do Ivaí/Loanda/BR-376.

Art. 2º O trecho de que trata o artigo anterior possui 28,8 km.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Julio Motta, nasceu em Ariranha no Estado de São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1919.

Em 1969, mudou-se para o Município de Loanda, neste Estado, onde foi agricultor e pecuarista, tendo contribuído em muito com o desenvolvimento, não só de Loanda, mas de toda a região.

Casou-se com Lavinia Henriqueta Accorsi Motta, com quem viveu durante 57 anos. Tiveram desse casamento 3 filhos, José Carlos Accorsi Motta, médico; Maria Augusta Accorsi Motta, professora e Luiz Roberto Accorsi Motta, médico e Deputado Estadual por quatro mandatos, o atual inclusive.

Em 2001, Julio Motta, mudou-se para Curitiba e passou o resto de seus dias cuidando em seu pequeno jardim e de sua pequena horta, não só para passar o tempo, como para relembrar os tempos da vida no campo, onde em sua propriedade de Loanda, trabalhando a terra e vivendo da agricultura, retirou as condições para estudar os filhos e encaminhá-los para a vida.

Faleceu no dia 01 de fevereiro de 2002, deixando esposa e filhos e na certeza de ter cumprindo sua missão de Pai, esposo e de cidadão cumpridor de seus deveres para com a comunidade que viveu.

Esse agora, é o momento da sociedade retribuir, dando-lhe o nome daquela rodovia pela qual transitou muitas vezes com chuva e sol, e, com o contato com o chão bruto, antes das camadas de asfalto modernizem aquela rodovia.

Seu grande amigo engenheiro Renato V. Ostrowski escreveu sobre a vida de Julio Motta, palavras definidas de vida:

“Uma vida cheia de ramos

Eu te conheci assim, semeando plantando a boa nova, pois que a tua vida, fecunda página que se desdobra, não!”

Não tivemos assim tanto contato, mas cedo percebi que fostes homem de fato.

Mostraste com prazer a tua horta, teu pomar, falaste-me da saudade da tua terra...

Eu vi as árvores se curvarem quando passavas, ouviam tranquilas o que, sobre elas, me ensinavas.

Na rua não ficou a tua marca, tua garra, teu carisma, ficou tua crônica vontade de preservar o verde, e o nosso grande consolo e a absoluta certeza que estarás, ao lado de Deus, protegendo a natureza.

E, quando olharmos de novo para a calçada, não veremos mais a tua imagem que fazia acontecer, mas sabemos que um homem como tu, não vai morrer, pois que, como tantos, eu tive a sorte de te conhecer!”

A proposição presente, pretende homenagear um homem que viveu parte de sua vida, defendendo a terra e o meio em que viveu, fazendo a sua parte para preservar o meio ambiente e o futuro do nosso planeta.

Assim peço o apoio dos demais Parlamentares e das Sra. Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 622/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Barigui, com sede no Município de Curitiba, à rua Padre Agostinho, nº 3060, sala 5, Campina do Siqueira, e foro na Comarca de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente instituição, sem fins lucrativos, tem por finalidade a promoção da educação no seu mais amplo contexto, em todo território nacional, e em especial no Estado do Paraná, não remunerando seus diretores.

Desta forma esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para que possamos aprovar a presente proposição, com a documentação pertinente em anexo.

PROJETO DE LEI Nº 623/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores Nova União de Pinhais, com sede e foro no Município de Pinhais, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/11/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A referida associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos, políticos, partidários ou religiosos, que tem por finalidade estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras da comunidade, pleiteando recursos e soluções para promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária dos moradores da Associação.

Desta forma atua promovendo ações que contribuam para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e de bem-estar da comunidade, representando os moradores da Associação em suas reivindicações.

Dentre as suas contribuições perante a comunidade destacam-se:

Colaboração com os poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, conferindo-lhes condições de conhecer os problemas da comunidade, buscando as soluções necessárias;

Desenvolvimento de trabalhos com criança, adolescente e idoso, proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida;

Desenvolvimento de cursos de alfabetização e cursos de capacitação aos jovens e aos idosos;

Desenvolvimento de atividades esportiva.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes, imprensa, e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela televisão.

O que me traz à tribuna é uma preocupação da maioria dos paranaenses com relação à segurança Pública. Na sexta-feira, acompanhamos a assembleia do sindicato dos servidores que são agentes penitenciários. Essa assembleia foi realizada aqui em Curitiba e contou com a presença de muita gente, foi uma assembleia estadual, comandada pelo SINDARSPEN, cujo presidente é o agente penitenciário Clayton. Nessa assembleia a categoria decidiu por greve geral por tempo indeterminado. E isso nos preocupa, porque são agentes que estão atuando na Segurança Pública e que se ausentarem-se do trabalho, entrando em greve geral por tempo indeterminado, trará insegurança para o nosso Estado.

O comando de greve se reunirá no dia de amanhã, depois de avisado, evidentemente, o Governo do Estado, conforme a legislação determina, o dia e hora que a greve começa.

Então, por que o sindicato reuniu a categoria e chegou a essa conclusão? Porque lá tem uma gratificação decretada, em 2005, que de lá para cá não sofreu nenhuma alteração. E esse adicional, que é de agente penitenciário, de R\$ 1 mil e 500, é o maior do que o salário. E quando sofreu aqui reajuste em 2007, 2008 e 2009, os 6% deste ano foram sobre o vencimento básico, não incluiu essa gratificação, esse adicional. Há uma reclamação, porque o reajuste foi parcial, foi bem menor do que o que recebem.

Outra reclamação é com relação ao porte de armas. Quase todos os Estados do Brasil já regulamentaram a lei federal, e já o agente penitenciário, que é um trabalhador da Segurança, tem porte de arma. Esta Casa já aprovou a lei por unanimidade. O Governador vetou. O veto está aqui na Casa, parado. Nós podemos contribuir votando esse veto, derrubando esse veto para que essa reivindicação dos agentes penitenciários possa ser atendida pelo Governo do Estado. Também a escala de 12 por 36 não atende a saúde do agente penitenciário, porque sofre o agente penitenciário da Síndrome de Burnout, que significa a síndrome da desistência, que quer dizer queimar de dentro para fora. Essa é uma síndrome que pode ser diminuída a sua incidência mudando a escala, que pode ser 24 por 72, o que é um pedido do sindicato.

Também há uma outra preocupação que é relacionada à aposentadoria, que tem que ser especial, porque a função do agente penitenciário é insalubre, é perigosa e penosa. Outros Estados já regulamentaram que, com 25 anos de serviço, o agente penitenciário se aposenta. Também reivindicamos, que é um pedido do agente, para se transferir. Se tem vaga perto da casa dele, por que ele tem que morar do outro lado do Estado? Se ele pode ser transferido de uma unidade para outra, ou fazer uma permuta entre um agente e outro? O que mora em Beltrão pode trabalhar em Beltrão; aquele que mora em Maringá, e está trabalhando em Cascavel, pode trabalhar em Maringá; o que mora em Cascavel e trabalha em Maringá, pode morar em Cascavel. Essas mudanças não custam para o Estado, não oneram e facilitam a vida do servidor penitenciário.

Então, a categoria decidiu entrar em greve, e a sua direção está tentando sensibilizar o Governo. Pedimos aqui, em nome desses servidores, o apoio de todas as Deputadas e dos Deputados, para que não permitamos que haja greve. Que possamos, antes disso, ter uma solução boa para os agentes e para o Paraná. Na quarta-feira, a Polícia Civil se reúne em assembleia estadual, para definir também a possibilidade de paralisação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, o eminente Deputado Estadual Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Deputada Cida Borghetti; Dr. Batista, essa figura humanitária, que sempre opera paciente pobres; Deputado Nereu, que com todo o vigor exerce o mandato de Deputado Estadual.

Graças a Deus não houve nada de maior gravidade quando caiu o palanque onde estavam o Requião e demais autoridades. Daqui para frente não poderia ser diferente - vão especular se morreu ou não morreu e vai ser aquela chuva de piadinhas. Tenho a impressão que ninguém consegue evitar isso, porque é assim em qualquer parte do planeta.

Nobres Pares, registrar a presença do ilustre cidadão do Paraná, que é nosso representante em Brasília, Deputado Alfredo Kaefer, que é uma figura humana e dotada de grande inteligência. Eu diria que ele não representa apenas Foz do Iguaçu, o Oeste, mas o Paraná, na Câmara Federal. Seja bem-vindo, Deputado Alfredo Kaefer.

Agradecer o povo que tem nos encaminhado e-mails. Hoje está parando um pouco essa história de utilizar o Correio, de escrever carta. Até programa de rádio, que antes recebia centenas, milhares de correspondências do povo, está deixando de receber. Porque hoje o instrumento é a internet. Pena que ela não tenha chegado ainda na casa de todos os cidadãos. Tem gente que tem o computador em casa, mas não tem dinheiro para pagar a assinatura. Creio que para a população de baixa renda a internet deveria ser de graça, porque representa cultura.

Se de um lado temos coisas ruins, como agora nesta semana, quando vi que um rapaz de 20 e poucos anos conheceu uma mulher de 44 anos pela internet e no primeiro encontro acabou matando a moça. Há também os pilantras e vigaristas, que dão golpe via internet. Tem gente em quantidade razoável que cai nesses golpes. Mas o sentido da internet, o principal, ninguém pode negar que é de extrema importância, uma grande conquista.

Recebo vários e-mails, mas antes quero registrar a presença aqui de meus amigos vendedores ambulantes, que estão visitando a Assembleia Legislativa. Neste momento estão no gabinete do Deputado Romanelli, para agradecer, porque mesmo não sendo seus eleitores, V. Exa. fez um gesto bastante humanitário de dar atenção a esses vendedores ambulantes, que vendem lanche no terminal de ônibus em Londrina. Esperamos que esse problema seja equacionado, que ninguém saia ferido, magoado ou prejudicado no direito de exercer a sua atividade.

Sou um apaixonado em defender justiça social e o direito para quem quer trabalhar. Porque num País como o nosso tem muita gente que quer trabalhar e tem muito parasita, que não está a fim de nada.

Então, quando vemos esses vendedores ambulantes com a melhor boa vontade, acho que temos, como autoridades, que abrir espaço, fortalecer, ajudar para melhorar cada vez mais as condições de trabalho desses

valerosos vendedores ambulantes, que trabalham há mais de 20 anos no Terminal Central do Transporte Coletivo de Londrina. Queira Deus que eles possam permanecer ali, serem tratados com dignidade e permaneçam ali, vivendo com fruto do suor do seu abençoado trabalho.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Recebo e-mail de Foz do Iguaçu, o nosso querido João Batista, que assiste a transmissão dos trabalhos da Assembleia: *Meu amigo Deputado Belinati. Olha, é apenas para dizer ao senhor, vi na TV quando o PMDB e o PT fizeram esses grandes acordos. Vi também um Prefeito de uma Cidade paulista recebendo uma propina.*

Aí ele já lembra do acordo do Presidente Lula com o PMDB. Lembra da história do pedágio, fazendo uma crítica às empresas que exploram pedágio e que cobram das pessoas que moram em Cidades próximas às praças de pedágio. E não deveria ser cobrado. A pessoa, às vezes mora a 15 ou 20 quilômetros e tem que pagar para poder ir trabalhar e voltar para a casa.

Recebo e-mail da minha amiga Maria Lucia, uma mulher que tem grande liderança em Paiquerê, Distrito de Londrina. Ela faz aqui um apelo para a comunidade, quando da construção de um novo posto de saúde ou a reforma do mesmo.

O posto de saúde em Paiquerê pertence à UEL. As autoridades precisam cuidar bem da saúde do nosso povo.

Tenho aqui o Jornal do Estado, um alerta à toda população do Paraná: *Calor faz disparar acidentes causados pelas aranhas marrons.* A aranha marrom, a pessoa de repente vai calçar o sapato e tem uma aranha lá. Vai vestir uma roupa e pode ter dentro do bolso de um casaco, paletó, blusa. Então, neste período tomem cuidado: as aranhas marrons estão atacando, fazendo vítimas no Paraná. Quer dizer, não é só Gripe Suína, agora temos o problema, de volta, das aranhas marrons. Tomem cuidado. Temos a mania de pegar o sapato e ir calçando. Quando é que paramos para olhar se não tem uma aranha, se não tem algum bicho dentro do sapato? E uma aranha dessas pode fazer um estrago danado!

Do jornal O Estado do Paraná: *Precatórios complicam as finanças do Paraná.* Bom, eu tenho um precatório para receber e já concluí que vou morrer por idade e não vou receber esse precatório. Tomara que um dia meus filhos, ou meus netos, acabem recebendo. É uma vergonha, um absurdo! se a pessoa deve um imposto e não paga, ela está sujeita a todo tipo de pressão e de punição, e o Governo é caloteiro, fica por isso mesmo! É bastante lamentável!

Para terminar: uma vergonha nacional, eu estava vendo alguns Deputados Federais, maus Deputados Federais, chegam no painel da Câmara dos Deputados e carimbam lá o botão para marcar presença para no relatório final.

Não é o nosso caso. Por exemplo: Deputado Jocelito, eu e vários Deputados, hoje, Deputado Jocelito, estamos na relação publicada, o Wilmar faz um trabalho para a Folha de Londrina, da nossa presença nesta Casa ou de ausência, e estamos com 100% de presença, porque estamos em todas as Sessões, ficamos aqui até acabar a Sessão. Outro dia eu e o Jocelito viemos correndo, ia ter uma votação, para não ficarmos com falta. Agora em Brasília, repetindo aquela história dos gazeteiros, alguns Deputados apertam o botão, carimbam e um jornalista foi ver, e alguns tinham acabado de carimbar o painel como presentes na Sessão e dali a pouco estavam no aeroporto, embarcando para o Rio de Janeiro, para o Ceará, para a Bahia. Isso pega muito mal para esse tipo de Deputado. Na minha ótica, atinge o Parlamentar, porque se eu carimbar aqui a minha presença, a televisão filma e eu não estou presente, daqui a pouco o jornalista diz que eu estava lá no aeroporto, embarcando para passear. Isso pega mal para mim, para o Deputado que fizer isso.

Agora, independente da presença ou não do Deputado no plenário, o que eu quero falar é que eu não tenho nada a ver com Deputado de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Ceará, de outras regiões; o que eu gostaria é de defender os nossos aposentados e aposentadas do Brasil. Aqueles que ganham qualquer valor acima do salário-mínimo, porque o Governo Lula, que é um grande Presidente, mas que tem também as suas precariedades porque a violência continua forte no Brasil, causando medo, pânico ao povo, e com o Lula de Presidente não melhorou nada a situação do povo brasileiro; piorou.

Não sei se é culpa do Lula, se é culpa do Governador, mas alguém é culpado. Não melhorou o mercado de trabalho, melhorou quase nada; a maior mentira que tem é dizer que está sobrando emprego no Brasil. Com quase todas as famílias que eu converso encontro um marido desempregado, às vezes a esposa quer trabalhar para ajudar o marido que é doente ou ganha pouco, às vezes têm um, dois filhos que querem trabalhar, mas não acham emprego. Aí ligam a televisão, é aquela mentira descarada que está sobrando emprego no Brasil!

Mas não é sobre emprego que eu quero falar do Governo Lula, não é sobre o problema de Segurança que precisa ser melhorado, precisa mais emprego; eu quero falar sobre o aposentado! A Câmara dos Deputados está com um projeto para estabelecer igualdade no pagamento da aposentadoria para quem ganha um salário-mínimo, para quem ganha mais de um salário-mínimo, porque o Governo do Presidente Lula, copiando o que há de errado, ou o que já vinha de errado de outros Governos, o que ele faz? Dá um aumento de "x" por cento para os aposentados, que está na faixa de um salário-mínimo, e quem ganha de um centavo para cima de um salário-mínimo o aumento é menor. Isso é desumanidade, não há isonomia, é tratamento desrespeitoso, é desigualdade. É tratar de forma diferente quem trabalhou, quem tinha um salário menor. Aí chega um ponto que o aposentado diz:

“Bom, é melhor continuar ganhando só um salário-mínimo, porque se a gente ganha um pouco mais o leão do imposto de renda vai e leva uma parte”.

Quando tem reajuste do salário para quem está na ativa e para quem é aposentado, o Lula dá o aumento menor, mais baixo para quem ganha acima de um salário-mínimo. Aí a conclusão que muitos chegam é que quase não vale a pena ganhar a mais do que um salário-mínimo. Deveriam ter votado esse projeto que daria a igualdade. Se o Lula der 10% para um aposentado que ganha um salário-mínimo, teria que dar 10% para quem ganha mais que um salário-mínimo também. Isso chama-se igualdade, isonomia. Mas o que aconteceu? A tropa do choque do Lula fez o impossível para fazer com que - mesmo com as galerias da Câmara lotadas de aposentados - esse projeto não fosse aprovado, que continuasse engavetado, jogado nas gavetas.

Será que esses Deputados estão traindo os aposentados? Será que estão achando que vão ter o voto dos aposentados no ano que vem? Tomara que não tenham, porque eles não são dignos, não são merecedores do voto dos aposentados. Porque se estão tendo a chance agora de corrigir essa injustiça, dar aumento por igual para aposentado de um salário-mínimo, ou o que ganha mais do que um salário-mínimo, e se o Deputado que está lá, em nome do povo, está traindo o aposentado, o melhor que os aposentados têm a fazer é aposentar o Deputado da vida pública e da política, esses maus Deputados que estão ocupando as cadeiras do Parlamento brasileiro. Esses Deputados deveriam botar a mão na consciência e meditar quanto mal eles estão fazendo para esses aposentados que trabalham 30, 35, 40 anos, deram o melhor da sua vida no seu trabalho, pela sua Cidade, pelo seu Estado, pelo seu País. E na hora em que poderiam curtir uma vida com um pouco mais de tranquilidade, é por isso que tem gente que não quer nem ser aposentado, para não ter uma queda no seu poder aquisitivo.

Nota zero para esses Deputados de Brasília, traidores dos aposentados de todo o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para falar da minha ida a Guarulhos, no final de semana. Um evento que teve a participação de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Deputados Estaduais, muitas lideranças do Brasil inteiro para discutir o futuro do Brasil. Um futuro com a nossa pré-candidata a Presidente, a Dilma, onde de lá saíram as lideranças nacionais, cada um com a sua tarefa do ponto de vista de construção de um projeto que já tem dado certo no Brasil, um projeto que garante mais de 25 milhões de brasileiros que saíram da miséria e passaram na faixa de consumo, passaram a

ser consumidores, passaram a adquirir bens de consumo que não tinham antes, a distribuição de renda, a política de inclusão, a política de melhoria de ganho real acima da inflação do assalariado, do aposentado, deu condições muito boas para as Cidades brasileiras.

Aliás, é um reconhecimento generalizado de Prefeitos do Brasil inteiro, independentemente de partido. Que esse novo pacto federativo, com a criação da Secretaria de Assuntos Institucionais, uma Secretaria que debate diretamente vinculada à Casa Civil, com os Prefeitos. Não interessa os partidos, todos os Prefeitos que formulam suas propostas vinculadas às ações programáticas do Governo Federal têm sido atendidos. Esse reconhecimento, inclusive de Prefeitos adversários do PSDB ou do Democratas.

Portanto, temos, Deputado Péricles, que é o nosso líder, uma missão muito grande de debater com o povo brasileiro, esse projeto que tem dado certo, os avanços que precisamos conquistar ainda mais para o povo brasileiro.

O Brasil está no rumo certo. O Governo do Presidente Lula, com os aliados políticos dos mais diversos partidos, têm acertado na inclusão e na melhoria do povo brasileiro.

A Ministra Dilma, a nossa pré-candidata a Presidente ouviu todos os apelos e pedidos das lideranças nacionais, do Rio Grande do Sul ao Amazonas. É uma unanimidade do ponto de vista de construirmos um projeto que dê mais avanços do que foi o Governo Lula, um projeto que segue com segurança política, para que o povo brasileiro continue trilhando e melhorando a condição de vida.

Hoje o Brasil tem reconhecimento mundial em função da discussão democrática que o Lula faz, em função da inclusão das famílias menos abastadas no processo de consumo, é a visão que o Governo do Presidente Lula faz com o mundo, fazendo com que haja esse reconhecimento da pessoa do Presidente Lula.

Certamente será, na nossa visão, a Dilma a nossa candidata à Presidente, vamos construir e dialogar em todos os cantos deste País, com os partidos aliados, com os partidos que quiserem somar-se a política de aliança, seja com candidatura própria nos Estados, seja na política de alianças com os partidos da base aliada, e vamos avançar muito mais, porque estamos com um rumo claro, certo, que dá mais orgulho para o povo brasileiro.

Certamente vamos comparar o projeto que estamos implementando nos últimos sete anos. Vai se completar o oitavo ano no ano que vem. Projeto que tem dado certo para o povo brasileiro. O que vai estar em discussão serão os avanços que precisamos implementar com o Governo, mas um Governo democrático e popular.

Cabe a nós, dirigentes do PT, e dos partidos que já estão na base aliada, que querem se somar nesse grande projeto nacional, somarmos os esforços, para viabilizar, para trabalhar para que a nossa pré-candidata a Presidente, a Ministra Dilma Rousseff, consolide nesse projeto estratégico de Brasil, de Brasil Nação, de Brasil que de fato tem orgulhado muito o povo brasileiro.

Aliás, com Copa do Mundo, com Olimpíadas, com inclusão do povo no consumo de massa, isso nos dá muita motivação para continuar fazendo o que precisa ser feito para que o Brasil tenha ainda muito mais reconhecimento mundial.

O SR. PRESIDENTE (**Duílio Genari**)

Com a palavra o Deputado Mario Roque.

Deputado Mario Roque (PMDB)

O SR. MARIO ROQUE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna, nesta segunda-feira, com um certo constrangimento. O povo de Morretes está vivendo um drama que nunca pensou viver. Tínhamos num hospital de Morretes a referência de um dos melhores hospitais do Litoral. Haja vista que tem exemplo na minha família, que a minha filha mais nova, a Maira, com 27 anos, nasceu em Morretes, porque a própria mãe sabia, e toda população de Paranaguá e Litoral, da capacidade dos médicos desse hospital, principalmente o Dr. José Ramos e toda aquela equipe.

Recebi nesta Casa uma senhora, na semana passada, preocupada com o hospital, e o hospital fechou. Fui a Morretes quinta-feira, fui recebido pelo Manoel Medeiros Machado, que é gestor e Secretário da Saúde.

A Prefeitura está dentro do hospital. Fiquei sabendo que o Prefeito Hamilton, que é meu amigo, um homem responsável, faz mais de três meses que não manda os R\$ 120 mil para o hospital. O hospital fechado, logicamente que não recebe as AIHs, que são Autorizações de Internamento Hospitalar, e dá mais R\$ 40 mil.

O hospital, com 160 mil, já vivia numa situação precária, agora pior ainda. Mas o Secretário Gilberto Martin sabe muito bem da situação, tem que intervir, porque ele deslocou a Dra. Leonora, que era Secretária da Saúde lá no Município de Morretes, para ser a chefe do núcleo em todo o Litoral do Paraná.

Tanto o Dr. Gilberto como a Dra. Leonora têm conhecimento da situação precária do hospital de Morretes.

Um povo humilde, trabalhador, esse pessoal que vem da Floresta, Porto de Cima, Samambaia, Morro Alto, São João da Graciosa, chegam à Cidade e o hospital está fechado. Parece que quando “Deus dá a farinha, o Diabo rouba o saco”.

Temos um hospital regional em Paranaguá, mas que não atende coisas corriqueiras. O hospital não tem um clínico geral, não tem ginecologista, pediatra. Essas coisas corriqueiras que têm que ser atendidas durante a semana e a cada dia.

Estamos aqui trazendo essa preocupação, vamos falar com Dr. Gilberto novamente. Ver se o Hamilton de Paula, que é Prefeito do PT, que é o partido que manda no País, que tem Deputados Estaduais, Federais, tem o Presidente da República, e deixa o Prefeito Hamilton, talvez, numa situação duvidosa, porque se diz que ele não mandou os R\$ 120 mil por mês, não sei o porquê. Por falta de convênio.

Sabemos que aquele hospital pertence a uma associação, como pertencia também à Santa Casa, à uma provedoria, e através dessa provedoria, eu como Prefeito, mandava 250 mil todos os meses, incluindo mais R\$ 250 mil para 13° e férias no final do ano.

Portanto, não podemos deixar nessa situação a população, os funcionários que não sabem se recebem ou não aquele pessoal que estava lá no hospital, mas não poderiam atender ninguém, porque não há medicamentos, não há médicos. Não há uma atenção especial àqueles pessoas que votaram e acreditaram nos homens que governam, no Prefeito, nos Vereadores, Governador, Secretário de Estado, Dr. Gilberto Martin, que tem conhecimento e foi buscar a melhor pessoa, a Dra. Leonora, que era Secretária do Município, para ser a sua companheira no Estado, Chefe do Núcleo de Saúde em todo Litoral.

Vamos lá Dr. Gilberto, Hamilton, vamos ver aquele povo maravilhoso de Morretes que precisa de uma atenção. Um povo humilde, que não tem convênio com Unimed, mas tem que ter um tratamento e merecem respeito.

Há anos atrás o hospital ainda funcionava. Não se sabe porquê, agora, não querendo incriminar o PT, mas o Governo do PT, que tem acesso até a nível nacional, não consegue resolver problemas do hospital.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Duílio Genari**)

Concedemos a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de iniciar meu pronunciamento nesta tarde, gostaria de fazer um registro. Estive na sexta-feira, no início da noite, na Conferência das Cidades, realizada aqui em Curitiba, no Canal da Música, com mais de 150 participantes, uma iniciativa da sociedade civil, e pela primeira vez feita no Estado do Paraná, a 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Acho que é um ganho e que todos esperamos que tenha os melhores resultados.

Estive nesta última semana participando, em nome da Assembleia Legislativa, do 7º Congresso Nacional dos Defensores Públicos, em Porto Alegre, e na quarta-feira foi lançado o 3º Diagnóstico da Defensoria Pública do Brasil, apontando todas as situações nas quais vivem as Defensorias Públicas do Brasil todo, com exceção do Paraná e Santa Catarina, que infelizmente ainda não têm Defensoria Pública. Mas, numa situação muito interessante, porque vejam os senhores, tivemos nestes anos todos uma situação onde o estudo aponta um aumento de 45,17% do número de atendimentos; em 2003, por exemplo, passaram pelas Defensorias Públicas do País mais de 4 milhões e meio de pessoas; em 2006 este número saltou

para 6 milhões e meio; em 2008, mais de 9 milhões e 600 mil cidadãos. Em média, cada defensor tem feito, no Brasil, 2 mil 301 atendimentos. Em 2008.

Isto para nós, mais uma vez, reafirma a necessidade do Paraná, assim como outros Estados já têm, do Paraná ter definitivamente sua Defensoria Pública. Mesmo com o aumento dos defensores nos atendimentos, o diagnóstico aponta a falta de profissionais para atender a demanda da população que recebe até três salários-mínimos. A produtividade dos defensores públicos aumentou significativamente, passando de 1 mil e 680 atendimentos, em média, para 2 mil e 300 atendimentos, em média.

O que me chama a atenção, também, e amanhã quero solicitar uma parte do Grande Expediente justamente para podermos fazer este debate, é que Estados que têm Defensoria Pública, comprovadamente tiveram uma redução no índice de violência. Com o fortalecimento das Defensorias Públicas, tivemos um número menor de casos, chegando inclusive até o Judiciário, com resolução de centenas de milhares de situações antes de chegarem ao Tribunal de Justiça. Tenho apenas um caso que acompanhei neste Congresso, não um mutirão, mas feito todo um estudo, durante três meses, no Presídio Neves, em Minas Gerais, de 4 mil e 757 presos, 457 já tinham direito, ou à progressão, ou já haviam cumprido pena. Isto significa para o Estado uma economia, inclusive, com os gastos que são feitos.

E o Paraná, que em 2005 apresentou um IDH de 0,82%, portanto um IDH alto e que na proporção da população, até três salários-mínimos, o Paraná tem 71,57% de IDH, o que também significa um IDH médio, alto, o Paraná surpreendente é um dos poucos Estados que não têm a Defensoria, mas que hoje está saindo na página da Defensoria Pública Nacional, a Carta de Porto Alegre. E a Carta de Porto Alegre, feita pelos mais de 550 defensores do Brasil inteiro que estavam nesse Congresso, aponta a necessidade e o empenho que as Defensorias Públicas Estaduais farão, que o Ministério da Justiça, que aliás o Ministro Tarso Genro estava presente conosco e se colocou à disposição, dentro da sua agenda, para fazer o lançamento deste 3º Diagnóstico, também aqui no Estado do Paraná, todos eles colocaram-se à disposição para que possamos ter, aqui no Estado do Paraná, finalmente, a Defensoria Pública.

Espero que no ano que vem, que é um ano eleitoral, de Governadores de Estado, que esta seja a pauta dos nossos candidatos a Governo do Estado. Não é possível que o Paraná conte, ainda, com 43, dos quais 23 são advogados, saídos de outros órgãos, 43 pessoas fazendo, às vezes, um trabalho abnegado de defensores públicos.

O diagnóstico revela, também, que houve um fortalecimento das Defensorias Públicas. Com autonomia, as Defensorias Públicas têm mais liberdade para definir projetos e alcançar objetivos. Isso mostrou que atualmente 92% das Defensorias são autônomas, sendo que apenas duas continuam dependentes do Estado: aqui no Paraná e no Distrito Federal.

Por isso quero aqui, mais uma vez, reafirmar que essa é uma luta que esta Assembleia está fazendo, a OAB está fazendo, o Ministério Público tem feito declarações favoráveis, centenas de alunos, de professores e de pessoas da nossa população têm feito declarações favoráveis à instalação da Defensoria Pública. E esse diagnóstico revela também que os Estados gastam em média, hoje, R\$ 6,43 por habitante nas três instituições do sistema de Justiça: Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. E a Defensoria Pública gasta, de cada R\$ 100, R\$ 3 para fazer a defesa de centenas e milhares de pessoas. Então, é uma incongruência, é um contrassenso não termos Defensoria Pública, porque ao mesmo tempo em que se atende a população carente, de até três salários-mínimos, faz-se com que milhares e milhares de processos que hoje estão no sistema judiciário não precisem chegar até ele.

Quero agradecer aqui por ter sido indicado para representar a Assembleia Legislativa, em Porto Alegre, no Congresso de Defensores Públicos. E dizer que amanhã pretendo usar o Grande Expediente para que possamos debater esse assunto. É preciso que façamos esse debate, até para que haja o entendimento, a sensibilização destes e dos futuros Deputados, deste Governo e dos futuros Governos, e que finalmente possamos dar à população aquilo que é seu direito, que é ter uma Defensoria Pública no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Duílio Genari**)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Inicialmente vou fazer alguns comentários sobre o Município de Morretes, um problema sério que acontece no Município e que o Deputado Roque trouxe aqui tempos atrás. Estive no aniversário de Morretes e almocei com o Governador Requião e com o Prefeito Hamilton, do PT, sendo que lá o partido elegeu o Prefeito e também dois Vereadores: o Vereador Maurício e a Vereadora Flávia. Caiu muito a arrecadação do Município em função da crise - sendo que isso aconteceu também com a mesma intensidade em alguns outros Municípios do Paraná - e a Prefeitura diminuiu o repasse de recursos para o hospital. Acabei de falar com o Prefeito novamente e ele vai continuar repassando, mas vai repassar R\$ 65 mil por mês para o hospital, e ele entende que com os outros recursos o hospital tem como funcionar, mesmo porque existe o hospital de Paranaguá, que deve atender Morretes, e nessa relação ele acredita que poderá encontrar uma solução, a médio prazo, para o funcionamento do hospital de uma

outra maneira, e ao mesmo tempo é uma questão estratégica do Município construir um pronto-atendimento em Morretes, com o apoio do Governo Requião.

Conversamos isso e o Governador, no almoço, se prontificou a auxiliar o Município nesse sentido. Ele disse que via dificuldades em auxiliar o hospital por causa do hospital regional de Paranaguá que deve cumprir essa função ampla na região, mas que ele se disporia a ajudar Morretes construindo o pronto-atendimento.

Então, estamos trabalhando nesse sentido essa preocupação do Deputado Roque, que é um Deputado do Litoral paranaense e que conhece em profundidade os problemas daquela região, e acho que a soma de esforços vai ajudar o Município, que precisa, em razão da situação grave em que se encontra.

Mas, tenho certeza de que logo contaremos com uma alternativa, com uma solução, mesmo porque o Brasil está saindo da crise, e logo a questão financeira de Morretes também volta à sua situação normal. Há uma boa vontade! Conheço o Prefeito, que é uma pessoa popular e querida pelo povo de Morretes, e que está fazendo um esforço enorme com os Vereadores e Secretários. Haveremos de encontrar uma solução imediatamente para a questão da Saúde em Morretes e de outros problemas que afligem aquele Município.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, volto a falar sobre o aterro sanitário de Ponta Grossa, porque a situação está ficando muito preocupante. Eu me preocupei, na semana passada o Jornal da Manhã, que é um dos principais jornais da Cidade, ele deu duas manchetes centrais no jornal. A primeira delas: *IAP alerta para caos no sistema de lixo de Ponta Grossa*; *O Instituto Ambiental do Paraná alerta para um possível caos no sistema de coleta de lixo de Ponta Grossa nos próximos meses*; *Com a construção da terceira célula no aterro do Botuquara parada na Justiça e embargo ao novo aterro sanitário da Ponta Grossa Ambiental, a Cidade se vê contra o muro e sem lugar para depositar os resíduos dentro de pouco tempo*. Me preocupou também o fato do Presidente do IAP, meu companheiro, pessoa que eu admiro, Vitor Hugo Burko, ele diz o seguinte: *O Presidente do IAP, Vitor Hugo Burko afirma que irá solicitar a presença e os estudos do Instituto Chico Mendes, de conservação de biodiversidade, para aprovar ou não a ampliação do aterro do Botuquara. Se foi compreendido, entre aspas, que esse ICMBio tinha que discutir a construção ou não do aterro privado da PGA, iremos solicitar para que use o mesmo critério em relação a terceira célula do Botuquara. Queremos a análise deles*.

É uma coisa muito preocupante. A situação em Ponta Grossa é grave. Eu vou falar urgentemente com o Governador Requião, vou pedir o apoio do Líder do Governo para resolver esse grave problema, porque também é preocupante a posição do Vitor Hugo, na minha opinião. Bom, a posição do Vitor Hugo aconteceu no dia 5 de novembro, e no domingo o empresário, diretor da PGA, deu uma entrevista no mesmo jornal e a manchete

do jornal era: *Ponta Grossa vai ficar sem coleta de lixo*. Ou seja, há uma pressão, uma espécie de chantagem emocional contra a população de Ponta Grossa, que dá o seguinte recado: se não for aprovado o aterro da PGA, às margens do rio Verde, Ponta Grossa vai ficar sem coletar lixo. É esse o recado que está sendo dado para a Cidade.

Agora, vejam que interessante, o Prefeito fez uma licitação para fazer mais uma célula no aterro do Botuquara, e o técnico da Prefeitura entende que não precisa de uma nova licença ambiental nesse aterro, porque esse aterro existe há muito tempo e seria apenas uma célula a mais. E ele entende que a licença anterior contemplaria essa ampliação da célula. Bom, isso a Prefeitura entende.

O dono da PGA, que é a empresa que coleta o lixo, portanto presta serviço terceirizado para a Prefeitura e quer fazer o aterro dele, privado, entrou com uma ação contra a licitação da Prefeitura para fazer a nova célula. Ele entrou, a empresa dele, porque tem interesse de fazer o seu aterro privado, e a Cidade que se dane. E o Vitor Hugo disse que acha que a nova célula não pode ser feita sem uma nova licença ambiental.

Então, essas posições, me parece, levam a uma única saída: aprovar o aterro da PGA às margens do rio Verde. Aprópria empresa coletora de lixo da Cidade entra com uma ação para que se faça uma célula, e daí chega aqui no domingo e diz: *Ponta Grossa fica sem coleta de lixo*. E na manchete do jornal: *Ponta Grossa ficará sem coleta de lixo. Ofício protocolado pela Ponta Grossa Ambiental, empresa que faz a coleta e quer fazer o aterro privado, a Prefeitura, Ministério Público e IAP, comunicam a paralisação da coleta de lixo a partir de dezembro*. Eu vou parar de coletar lixo. Ela diz: *Pareceres técnicos conformam o esgotamento do espaço do aterro do Botuquara*.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Olha, está ficando muito estranho essa história, Deputado Cheida, em Ponta Grossa. Agora vem o histórico desse problema. Eu fui Prefeito, em 2004, às vésperas da eleição, eu fiz as Audiências Públicas, consegui a liberação de um aterro sanitário público numa região do Roxo Róis, que é uma outra região em direção ao Guaragi. Foram levantadas três áreas, pelos técnicos, e nenhuma era lá perto do rio Verde. Inclusive perdi amizade com pessoas de minha estima, os donos da terra não queriam de jeito nenhum, mas quem se mobilizou contra foi o pessoal que morava no local. Agora, a Cidade aceitou. O atual Prefeito simplesmente engavetou isso, e não tomou nenhuma providência.

Agora surge essa ideia do aterro às margens do rio Verde, na região mais bela da Cidade. E contraditoriamente o local do aterro é de propriedade da família do dono da PGA, se não me engano, 80 alqueires. Na Audiência Pública ele deixou claro o seguinte: “Olha, o aterro é só a primeira parte, logo depois queremos construir um

aterro para lixo industrial. E nosso objetivo econômico é que tendo aterro de lixo industrial na região do rio Verde, atraindo empresas de Curitiba para Ponta Grossa, fazer um novo distrito industrial, porque essas empresas não têm onde colocar lixo em Curitiba, virão para Ponta Grossa e isso vai trazer empregos para Ponta Grossa”. Perfeito! Desde que fosse em outro lugar, não fosse dentro da própria terra do empresário, que vai ganhar com a especulação imobiliária fortunas!

A consequência é a destruição do patrimônio mais belo de Ponta Grossa, mais belo do Brasil, dos Campos Gerais. Lá temos o rio Verde, o rio São Jorge, o Parque Nacional dos Campos Gerais, a Capela de Santa Bárbara, a cachoeira da Mariquinha, as furnas secas, a passagem do segundo para o primeiro planalto paranaense, o Recanto do Botuquara, a cachoeira de São Jorge, mais adiante a represa que coloca água para a Cidade. Não tem cabimento que a Cidade seja vítima de uma chantagem desse tipo, por interesse de ganhar dinheiro. Não pode!

Já falei com o Governador Roberto Requião em Morretes, fiz um apelo a ele. Vou conversar com ele esta semana, de qualquer maneira. Não podemos aceitar que Ponta Grossa esteja à beira de um crime nefasto contra seu futuro. Esta região está a 2 quilômetros do Parque Nacional dos Campos Gerais; está entre o Balneário Rio Verde e a Capão da Onça, onde milhares de pessoas pobres, que não têm clube particular, reúnem-se no final da semana. Aquela é uma região turística, tem um potencial de gerar muito mais empregos. Não temos nada contra o aterro, tanto que projetei um aterro público, mas que se fala um aterro em outro lugar.

Que se atrai indústrias de Curitiba, ótimo. A vocação industrial de Ponta Grossa é muito forte. Mas não uma negociata vergonhosa desse tipo, a Cidade aceitar ser chantageada! Não é possível!

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado Péricles, ouço com atenção sua preocupação com relação ao aterro sanitário. As decisões do órgão ambiental do Paraná, o IAP, têm sido radicais. Agora, Ponta Grossa. Onde ele diz que, a partir do término do ano, não se pode mais colocar no aterro sanitário que a Prefeitura utiliza o lixo coletado na nossa Cidade. Por trás tem o aterro privado, tentando as liberações que as legislações determina. No final vemos o órgão ambiental forçando o Município a não ter mais espaço para colocar o lixo. Na outra ponta o empresário, visando os lucros com o aterro quase pronto para receber o lixo de quem quiser colocar, de preferência público, porque público paga-se bem.

Por trás de tudo isso tem alguma coisa estranha. Não está bem claro para mim. Sem contar as outras coisas que o senhor expôs, o ponto geográfico que está. Quer dizer, tem algo estranho no ar.

Parece-me que o Instituto Ambiental do Paraná está muito próximo desse aterro sanitário, e está se tentando um trabalho para forçar o Município de Ponta Grossa e colocar o lixo lá no aterro sanitário. E não é diferente em Curitiba, Deputado Péricles. Aqui, a Prefeitura de Curitiba tenta liberação de aterros sanitários e o órgão ambiental - o IAP, também está forçando, dificultando a liberação das licenças necessárias. Tem algo muito estranho no ar, Deputado.

Somo-me ao seu pronunciamento. É preocupante. Nós que vivemos em Ponta Grossa temos que discutir esse problema e analisar com profundidade. Se o aterro conseguir as licenças ambientais que a legislação determina, tudo bem. Agora, isso de forçar o Município a não poder mais colocar o lixo no seu aterro, é muito estranho.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Deputado Plauto, então temos dois problemas: um que é o problema do IAP, e outro que é o problema do Município, porque mesmo que o IAP libere o aterro, o Município, se quiser, impede pela lei de zoneamento municipal, porque aquela é uma zona de preservação ambiental permanente e precisa ser transformada em zona de expansão industrial, para que esse projeto, triste projeto para a Cidade, seja aprovado.

Resolvemos na Audiência, Deputado Plauto, que vamos até o Prefeito pedir, vamos com o Deputado Marcelo, o senhor, o Deputado Jocelito, as lideranças da Associação Comercial, assim por diante, para que o Prefeito não altere o zoneamento municipal. Vamos lutar junto ao Governador para que possamos fazer a nova célula provisória lá no Botuquara, porque já existe lá. Não defendo o lixo no Botuquara, sou contra, mas não tenho outra alternativa no momento, faz uma nova célula e a Prefeitura acha uma solução definitiva em outra região de Ponta Grossa, para impedir que esse crime seja perpetrado.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Como o Deputado Plauto falou, acho que é preciso que comecemos a examinar o que está acontecendo com esses licenciamentos ambientais. Tivemos o problema aqui em Itaperuçu, V. Exa. acompanhou, agora está temporariamente suspenso, inclusive o Presidente do IAP que fez a suspensão. Tivemos de Maringá para Sarandi, também foi suspenso. Aqui em Curitiba também é uma discussão que, aliás, vem se arrastando há alguns anos já, com relação ao aterro do Caximba.

V. Exa. lembrou bem: há outras áreas em Ponta Grossa, há outras áreas possíveis que vão destruir um patrimônio que não é de Ponta Grossa. Acho que é preciso lembrar bem que é um patrimônio do povo do Paraná e do povo brasileiro. Por isso, parabéns a V. Exa. e a todos aqueles que tem feito um debate racional.

Estava vindo de Londrina, ontem à noite, quando vi a manchete no jornal falando a respeito desse assunto. O que cheira é chantagem e a população não pode ser chantageada, seja lá por quem for.

Obrigado, Deputado Péricles.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Bem lembrado, Deputado Tadeu, é um patrimônio da humanidade! Ponta Grossa recebeu um dos maiores paleontólogos do mundo, José Pinardi, que viveu 10 anos em Ponta Grossa para fazer pesquisas geológicas e paleontológicas.

Desculpe, gostaria muito de escutar o Deputado Cheida, o Deputado Marcelo, infelizmente meu tempo se esgotou, mas vamos continuar debatendo esse assunto.

Quero terminar agradecendo, mais uma vez, o trabalho que o Deputado Cheida fez durante a Audiência. Ajudou muito a Cidade de Ponta Grossa, e ela não vai esquecer disso, Deputado Cheida.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

Deputado Durval Amaral (DEM)

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Os estudantes brasileiros de alguns cursos, que estão concluindo o 3º grau este ano, participaram, na tarde de ontem, do ENADE. Chamou-me a atenção essa grande organização para realização do ENADE, que é obrigatório. Isso implica no conceito das instituições de ensino superior, mas me chamou rigorosamente a atenção a carga ideológica continua nesse exame, praticamente para todos os cursos. Eu, particularmente, tenho aqui a prova de Direito com conhecimentos gerais. Fiquei surpreso ao ver, ao ler, Deputado Cheida, V. Exa. que é professor, inclusive com vários livros escritos, a maneira que o Ministério da Educação e o Governo Federal elaboraram, ou a empresa contratada, essa prova do ENADE, praticamente, mais de 50% da prova faz propaganda direta de ações do Governo Federal, ou faz efetivamente aqui que chamamos de doutrinação ideológico, para não dizer patrulhamento ideológico, para não dizer lavagem cerebral, nos nossos jovens.

Vejam só, na parte de conhecimentos gerais, as questões nºs 1 e 2 têm alguma dosezinha de ideologia. Mas, vamos para a questão nº 3, vamos selecionar aqui 10 questões, começa afirmando categoricamente para os nossos jovens formandos das nossas universidades públicas e privadas do Brasil, começa a prova na questão nº 3:

O Ministério do Meio Ambiente, em junho de 2009, lançou campanha para o consumo consciente de sacolas plásticas, que já atingem, aproximadamente, o número alarmante de 12 bilhões por ano no Brasil. Vejam o slogan dessa campanha. E aí, efetivamente, traz o slogan da campanha do Governo Federal que, efetivamente, é inaceitável em uma prova, em um concurso nacional, trazer a propaganda de uma ação do Governo, através do Ministério do Meio Ambiente, onde diz: Saco é um saco, para a Cidade, para o planeta, para o futuro, para você. Não creio que isso seja dessa forma, possível de ser colocado em um exame nacional sem que possa receber a crítica da sociedade, da imprensa, do Parlamento.

Mas, vamos para uma outra questão carregadíssima de cunho ideológico, de carga ideológica. Diz o trecho, está aqui também no exame do ENADE, a questão nº 4: *O movimento antiglobalização apresenta-se, na virada deste novo milênio, como uma das principais novidades na arena política e no cenário da sociedade civil, dada a sua forma de articulação/atuação em redes com extensão global. Ele tem elaborado uma nova gramática no repertório das demandas e dos conflitos sociais, trazendo novamente as lutas sociais para o palco da cena pública, e a política para a dimensão, tanto na forma de operar, nas ruas, como no conteúdo do debate que trouxe à tona: o modo de vida capitalista ocidental moderno e seus efeitos destrutivos sobre a natureza humana, animal e vegetal.* Isso é matéria da questão nº 4 da prova do ENADE, no curso de Direito. E vai mais longe.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Quem escreveu foi um petista.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Com certeza. É totalmente carregada ideologicamente, sociologicamente. Ai vêm várias alternativas. E começa, não se satisfaz somente no texto, alternativa “b”, falando sobre a assertiva colocada, querendo induzir que o jovem, para passar, para ter uma boa avaliação no ENADE, tem que pensar como pensam os filósofos e os sociólogos, efetivamente, de Esquerda, não que eu tenha absolutamente nada contra a Esquerda, muito pelo contrário, sou até muito simpatizante, mas não posso admitir, como cidadão e como Parlamentar, que no exame do ENADE essa carga ideológica doutrinária seja imposta para os jovens, sob pena de eles assinalarem aquilo que os filósofos cientistas querem que eles assinalem, sob pena de serem reprovados ou de não alcançarem uma boa média.

Então, vai lá, alternativa “b”: *defende outro tipo - dizendo que o texto - de globalização, baseado na solidariedade e no respeito às culturas, voltando para um novo tipo de modelo civilizatório, com desenvolvimento econômico, mas também com justiça e igualdade social.* Como se todo o resto fosse desumano, fosse desigual, fosse cruel.

Quer dizer, quando se falava, no passado, que os consumistas comiam criancinhas, e a Esquerda, efetivamente, se revoltava com essa afirmativa, extremamente mentirosa, agora, às avessas, estão tentando fazer a mesma coisa.

Outro item, o item “d” *recusa as imposições de um mercado global, uno, voraz, além de contestar os valores impulsionadores da sociedade capitalista, alicerçada no lucro e no consumo de mercadorias supérfluas*. Veja só, ninguém tem nada contra o socialismo. Ninguém tem nada contra o comunismo. Mas, um exame do ENADE traz essa carga doutrinária e ideológica, impondo àquele que está fazendo o exame a obrigação de assinalar aquilo que eles querem, sob pena de não alcançar a média, me parece algo totalmente desprovido, totalmente maluco, totalmente inaceitável, em uma sociedade democrática.

Então, vamos para a questão nº 5 do ENADE, falamos da 4: *O Brasil tem assistido a um debate que coloca, frente a frente, como polos opostos, o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Algumas iniciativas merecem considerações, porque podem agravar ou desencadear problemas ambientais de diferentes ordens de grandeza*. Até aí, tudo bem. Mas aí começa novamente, implicitamente, a propaganda do Governo nas alternativas, são cinco alternativas, a alternativa “a” começa assim, não vou ler tudo para não me tornar cansativo e enfadonho: *a construção de obras previstas pelo PAC - Programa de Aceleração do Crescimento*. Quer dizer, em uma clara intuição do Programa de Crescimento Econômico, em um exame do ENADE, não me parece que isso seja sequer razoável.

A alternativa “b”: *a construção de grandes centrais hidrelétricas nas grandes bacias das Sudoeste e do Sul*. E daí tece nova propaganda sobre o Governo.

A alternativa “c!”: *a exploração do petróleo encontrado na plataforma submarina pelo Brasil*. Essa é a alternativa “c”.

A alternativa “d” não diz coisa com coisa.

A alternativa “e”: *os incentivos ao consumo, sobretudo aquele relacionado ao mercado automobilístico, para que o Brasil pudesse se livrar com mais rapidez da crise econômica*.

Srs. Deputados, isso é prova do ENADE. Lavagem! É inaceitável! Patrulhamento ideológico, doutrinação ideológica, em uma prova do ENADE. Eu, como Parlamentar, não posso aceitar, até pela minha formação, fui professor concursado da Universidade Estadual de Londrina, fui professor de cursinho preparatório de vestibular, não posso aceitar efetivamente esses tipos de questões.

As questões nºs 6 e 7, vamos passar. A questão nº 8, novamente propaganda: *o Ministério da Cultura divulgou, em 2008*. Daí segue com a propaganda de mais uma ação do Governo.

Quer dizer, um negócio que, olha, causa náuseas. Causa náuseas esse ponto de despreparo ou de patrulhamento ideológico que querem fazer, efetivamente, nos nossos jovens: ou assinala a alternativa certa, que eles

acham que é certa, porque, claro, um aluno do curso de Direito tem uma opinião muito forte sobre determinados pontos dessa natureza, e mesmo que ele discorde, ele marca aquilo que for mais conveniente, ou ele vai errar.

Concedo um aparte ao Deputado Cheida, com muito prazer.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Estou ouvindo atentamente V. Exa. e quero parabenizá-lo. Acredito que, independente da ideologia professada, não podemos, sem dúvida nenhuma, misturar a ciência, o conhecimento, com uma luta política ideológica. E gostaria aqui de, publicamente, externar um exemplo: estou encaminhando, para a Editora FTD, de São Paulo, que é uma conhecida editora de livros didáticos, três livros de biologia para o 2º grau. Durante esses últimos 20 anos, realmente, tenho produzido para eles. E há uma orientação explícita do MEC, do Ministério de Educação e Cultura, para que não se utilize, em hipótese nenhuma, de nenhum raciocínio que possa aventar a hipótese, sugerir, mesmo que levemente, tangencialmente, as questões de ordem ideológica. Você até pode relatar um fato, por exemplo, a Revolução Chinesa feita por Mao Tse Tung e outros, etc. e levou a isso. Isto é, um relato de um fato. Jamais insinuar, do ponto de vista ideológico, qualquer posição.

Estranhou-me muito, porque o ENADE é uma prova que vem do próprio Ministério da Educação e Cultura, que neste caso, como V. Exa. está dizendo, está usando dois pesos e duas medidas na sua prova, tendo esse comportamento. A orientação para os autores nacionais, dentre os quais eu me incluo por esta razão contratual, inclusive, com editoras, impedindo que haja qualquer manifestação nesse sentido. É também uma posição contraditória do próprio MEC. Mas, dentre as duas eu fico com a posição de V. Exa., que é bastante lúcida e por isso volto a parabenizá-lo pela exposição.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Agradeço o aparte de V. Exa., que também é professor e, mais do que isso, escreveu mais de 20 obras, se não me engano, onde mostra todo o seu conhecimento, não só técnico, mas o conhecimento político sobre essa questão que é revoltante.

Vamos à questão nº 9, começa novamente a mesma situação: o Ministério da Educação criou o Índice Geral de Cursos. Poderia dizer de uma outra forma, sem fazer a propaganda dos próprios Ministério na prova.

Questão nº 10, ainda na parte de conhecimentos gerais, há um trecho aqui: *Quais as possibilidades no Brasil atual*. Depois, na afirmativa, no que se pretende que o aluno responda, é o seguinte: *na abordagem salientada nesse trecho, qual o direito social você destacaria para diminuir as desigualdades de renda familiar no Brasil?* Preparam uma assertiva, para depois fazer uma indagação, para que possa responder em cima dos programas sociais do Governo. Mas não é só isso, vamos analisando em toda a prova.

Tem um outro texto de um filósofo, cineasta, dramaturgo, de uma pessoa extremamente conceituada no Brasil, já falecida, do Augusto Boal, que poderia ser simplesmente suprimido, até pela sua conhecida militância no Partido do Trabalhadores, mas que está também colocado nesse texto com um forte apelo ideológico.

Seguem outras questões com um forte apelo ideológico também: *olhe para o menino, sem camisa e descalço, que chora por comida e te pede um trocado. Olhe para o menino que não tem onde morar, que não tem para onde ir e não tem onde ficar. Olhe em seus olhos, sinta o ódio animal, a revolta que ele sente na injustiça social.* Sinceramente, penso que não é esse caminho.

Outra questão que caiu no exame, nobre Presidente, e seria importante que o Congresso Nacional tomasse as providências necessárias, porque também acredito que não é dessa forma que deveria ser escrita uma questão como esta: *quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a crise financeira mundial era uma tsunami no exterior, mas no Brasil seria uma marolinha, vários veículos da mídia criticaram a fala presidencial. Agora, é a imprensa internacional que lembra e confirma a previsão de Lula -com aquela intimidade que realmente não cabe, em uma prova como esta.*

Considerando a realidade atual da economia, no exterior e no Brasil, é correto afirmar que houve por parte dos críticos: a) atitude preconceituosa; b) irresponsabilidade; c) livre exercício da crítica; d) manipulação política da mídia; e) pré-julgamento.

Não é esse o Brasil que queremos. Não é esse patrulhamento ideológico. Não é essa lavagem cerebral que podemos admitir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Deputada Luciana, Deputado Duílio, senhoras e senhores.

Hoje, dois temas me trazem à tribuna: o primeiro é um tema importante para o Estado do Paraná, que o Paraná já vem tentando há alguns anos e estamos procurando enganar nessa nova etapa.

O Walmor Weiss, empresário aqui de Curitiba, Presidente do Sindicato dos Transportes, esteve comigo, com o Deputado Nelson Justus, onde está tentando colocar nessas obras que vão ser feitas para a Copa do Mundo de 2014, a nova pista do Aeroporto Afonso Pena. Isso quase se realizou. O nosso Aeroporto tem uma pista de 2 mil 215 metros, que é de um aeroporto regional. Para ser internacional o correto é ter 3 mil e 400 metros de pista. O Paraná agora está colocando, para as obras de 2014, a ampliação do terminal de cargas para 5 mil metros;

colocando novas salas, várias infraestruturas no aeroporto. Mas, ainda não colocou esta parte que é a construção da nova pista. E essa área já foi desapropriada há 15 anos aproximadamente e está à mercê de ser invadida se nada for feito.

Aproveitamos esta oportunidade para colocar essa nova pista, primeiro porque vai ser necessário para a Copa depois porque o Paraná precisa para tudo. Hoje, o aeroporto é uma espécie de portal para o mundo, exportações, viagens a negócios, lazer.

Queria passar essa preocupação, que não é só minha, mas de muitos, aos nobres Pares Deputados. É importante para o Paraná não perder essa oportunidade. No passado, a INFRAERO aportou R\$ 42 milhões para essa obra. O Governo do Estado há oito anos não teve os outros 42 milhões e perdeu a oportunidade. Agora, surgiu novamente.

Que façamos uma espécie de multirão para pressionar o Governo Federal para essa obra. Ela é importante para o Paraná, é importante para a Copa. Há recursos disponíveis para isso, agora, o Paraná precisa politicamente agir.

Vi aqui o Deputado Alfredo Kaefer, que leve essa preocupação ao Governo Federal. Que inclua nas obras para a Copa de 2014 essa nova pista em Curitiba. Ou vamos perder uma oportunidade que é muito importante para nós.

Quero parabenizar o Walmor Weiss, este empresário, por esta campanha. Porque o aeroporto que já foi ampliado, inaugurado em 2000, já foi um trabalho dele, da Federação das Indústrias, do Sindicato dos Transportes. Agora, surge uma nova oportunidade.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Me concede um aparte, Deputado?

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Claro. Quero aproveitar, sexta-feira houve aquela queda do palanque, lamento que alguns Deputados se machucaram. Talvez um sinal do final do Governo.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Quero parabenizar o seu pronunciamento. Dizer que é um pleito de grande importância para o Estado do Paraná, essa terceira pista do Aeroporto Afonso Pena. Mas, precisamos ampliar o debate a respeito de aeroportos no País. Os Países de Primeiro Mundo, o número de aeroportos em construção é algo surpreendente. Na China, quase uma centena de novos aeroportos estão sendo construídos, e a grande parte é através da iniciativa privada.

Só para vocês terem uma ideia, o Aeroporto Afonso Pena é um aeroporto internacional, mas que não atende completamente a legislação, pois não tem um aeroporto de suporte, um aeroporto de apoio, tanto é que, quando está fechado o teto aqui em São José dos Pinhais, os aviões são desviados para Santa Catarina.

Ou seja, já existe um problema sério, estrutural e técnico, com relação ao aeroporto de São José dos Pinhais, que precisaria ter um aeroporto de suporte a 100 ou 150 quilômetros de distância.

É claro que temos que ampliar o debate, já fizemos isso através de palestras pela Comissão de Obras e Transportes, para que novos aeroportos sejam construídos no Brasil, e existe um pleito do Estado do Paraná para que se tenha um aeroporto de serviços públicos feito pela iniciativa privada, também do nosso Estado, o que é de grande importância. Aliás, o Paraná foi o primeiro Estado a fazer esse pleito que acontece em todos os Países do mundo, já existem 32 hubs (sic) privados de aeroportos de carga e o Brasil ainda não tem nenhum, aliás, a América do Sul não tem nenhum hub (sic) desse.

Então, acho que é um pleito que o senhor está fazendo com propriedade dessa tribuna, mas o debate tem que ser ampliado, e muito, para o bem do nosso País.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Obrigado, Marcelo Rangel, sei da sua luta pela implantação do aeroporto na região dos Campos Gerais, em Ponta Grossa, e espero que dê certo. O Paraná precisa desse aeroporto.

Queria abordar um outro tema, que não diz especificamente com uma situação ocorrida no Paraná, mas que reflete algo que a sociedade está passando. Eu vi, há uma semana atrás, e ontem saiu uma decisão sobre esse assunto, a Geisi Arruda, uma menina de 20 anos de idade, que foi agredida fisicamente na Universidade Bandeirantes, a UNIBAN, em São Bernardo do Campo, São Paulo, por estar com uma minissaia. Alguns alunos acharam aquilo um absurdo e agrediram com palavras de baixo calão, com palavrões e fisicamente a maltrataram. Isso é o fim da picada, é o fim do mundo, é voltar à idade das cavernas! É uma agressão, não àquela menina, porque está com a roupa errada, mas não podia ser agredida fisicamente, nem na sua honra, nem com as palavras pesadas que falaram para ela. Isso foi uma agressão às mulheres de maneira geral e à sociedade como um todo. O máximo que poderia ter acontecido era uma repreensão: Olha, seu vestuário não está compatível com o momento.” Aí acabou, mas além disso, dessa ação irracional de alguns, o que aconteceu?

A Universidade, ontem, no domingo, publicou a sua expulsão da universidade. Ou seja, a UNIBAN, ao invés de punir os agressores - ninguém pode ser agredido por qualquer assunto - o que acontece? A universidade expulsa a menina! Ela é uma menina trabalhadora, teve no Fantástico uma reportagem sobre ela, ela tem emprego há dois anos no mercadinho, estudiosa, trabalha de dia e estuda à noite, não tem nenhum problema com relação à sua conduta de vida. Ela podia até estar mal vestida, ou inapropriadamente vestida, mas ser agredida fisicamente, isso é um retrocesso da sociedade, em função do vestuário! E depois de ser expulsa ontem da faculdade! Apesar de não ser no Paraná o assunto, acho que isso reflete um momento do Brasil como um todo.

Quero deixar aqui a minha opinião, o meu sentimento que é um absurdo o que aconteceu em São Paulo: agressão física e agora a expulsão da faculdade. Não podia ter acontecido! nada justifica isso!

Espero que o MEC puna a universidade por agredirem fisicamente a menina, que no máximo poderia ser censurada por seu vestuário, não mais do que isso!

Um terceiro assunto: sei que não foi culpa do Wal-dyr Pugliesi, porque sua consciência é leve, mas tinha alguns com a consciência muito pesada na queda do palanque em Paçandu. Tem dois autores, o Leo Canhoto e o Robertinho, e o Edson e Hudson, que são autores: “Caiu do palco, o palco caiu”. É sinal do final de Governo.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Gostaria de convidar a todos os Deputados para amanhã, às 10h teremos aqui uma Audiência Pública, que será comandada pela CCJ e que deveremos tratar da questão do transporte dos cadáveres no Estado do Paraná. É importante que os Deputados estejam aqui, porque vamos discutir um tema polêmico. Estamos convidando a todos que queiram participar. A Assembleia quer ouvir todos aqueles que tenham uma ideia para que possamos ter uma lei que possa ser justa para todos. É um dos projetos mais polêmicos dos últimos tempos aqui na Casa. Por isso, convido a todos os companheiros e as pessoas que estão em casa para participarem desse debate amanhã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ratificando o convite do Deputado Jocelito Canto, trata-se de uma Audiência Pública, portanto todos estão convidados, todos os interessados no tema, que realmente é extremamente polêmico. Estão convidados a participar dessa Audiência, aqui neste plenário, amanhã às 10h. Ao mesmo tempo, no plenarinho, teremos uma Audiência sobre o setor sucroenergético, com o Presidente da Associação dos Produtores de Bioenergia do Paraná, o Sr. Anísio, às 9h30, no plenarinho.

Horário das Lideranças:

No horário da Liderança do Democratas, com a palavra o Sr. Plauto Miró.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. President e, Sras. e Srs. Deputados.

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de suma importância, que trata da criação do fundo de catástrofes. É o famoso seguro agrícola.

(Lê):

O conteúdo do projeto, que é do Executivo, trata de um seguro que visa proteger os produtores e pecuaristas de catástrofes climáticas e prejuízo causados por pragas ou doenças.

Inicialmente o fundo será composto por R\$ 2 bilhões em títulos do Tesouro Nacional. Nos três anos seguintes, o Governo deve fazer mais um aporte de R\$ 2 bilhões, prazo suficiente para dar mais segurança ao Governo, conforme o relator, Deputado Moacir Michelto (PMDB/PR), podendo se tornar autossustentável em 10 anos, ressaltando ainda que esse será o maior instrumento de políticas agrícolas que o País poderá ter.

O Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, salientou que a criação do fundo será fundamental para manter a renda do produtor em momentos difíceis. Atualmente a estrutura de seguros agrícolas é parcial e altamente insuficiente para o setor, considerou.

Cá entre nós, há muito tempo o produtor rural acaba não tendo uma cobertura sobre a sua produção. E no momento em que se cria o seguro agrícola, que vai proporcionar a ele a garantia de poder plantar, e quando um problema climático acontecer ele terá o seguro para poder pagar os investimentos que fez em sua propriedade no momento em que ele adquire o adubo, a semente, os defensivos e, naturalmente, faz a operação de plantio. Uma boa ação que acontece, e tenho certeza que os proprietários rurais vão ganhar com esse seguro, em especial a agricultura brasileira como um todo.

Outra questão relacionada à propriedade rural é o Pacote Ambiental, onde o Presidente Lula, através do Ministério do Meio Ambiente, está assinando a reforma no Código Florestal. Entre os benefícios que vamos ter é que propriedades de até 150 hectares poderão colocar como reserva legal a APP - Área de Preservação Permanente, que anteriormente eram áreas separadas, não podiam ser somadas.

Um exemplo, aqui no Estado do Paraná, a área de reserva legal é 20% da área e tem várias pequenas e médias propriedades que têm rios, nascentes dentro delas. Essa mata ciliar, que é chamada de APP, aquela mata que fica no entorno das nascentes dos rios, ela não poderia ser computada nos 20% da área de reserva legal que a legislação determina que todas as propriedade tenham.

Mais um exemplo, lá nas propriedades do Amazonas, a área de reserva legal é 80%. Também lá os proprietários rurais vão poder, respeitando essa legislação, fazer com que as áreas de preservação permanente possam compor esses 80% da área de reserva legal.

Mais uma questão interessante que traz esse decreto que vai ser assinado pelo Presidente Lula, é de que vai se fazer a permuta. Se a propriedade não tem, caso do Paraná, os 20% de mata de reserva, ele vai poder comprar uma cota em outras região. E até mesmo em outro Estado da nossa Federação. Desde que a área esteja dentro da mesma bacia hidrográfica.

Acredito que é um avanço, um projeto que foi aprovado pela Comissão de Agricultura, e o desdobramento de toda essa discussão. Vamos ver agora, no decorrer do tempo, vai ser votado em Plenário, e com certeza mais mudanças vão acontecer. Mas ela vai ao encontro daquilo que o setor produtivo imagina, que é poder fazer que as terras que hoje produzem alimentos, continuem todas elas podendo produzir e, naturalmente, para que posamos, com essa nova legislação, preservar o meio ambiente também, mas nem sempre dentro da mesma área. Podendo adquirir cotas em outras regiões, em outros Estados, desde que estejam dentro desta mesma bacia hidrográfica.

Quem ganha é a produção nacional, é o proprietário rural, que terá uma legislação adequada àquilo que se tem necessidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, cidadãos do Paraná.

Na verdade, subo á tribuna para fazer um aparte ao pronunciamento do Deputado Péricles, que falou a respeito do aterro de Ponta Grossa, e da nota que foi publicada na primeira página do Jornal da Manhã neste final de semana, que Ponta Grossa poderá ficar sem coleta de lixo.

Deputado Péricles, esse ofício é a prova claríssima de chantagem para com o povo da Cidade de Ponta Grossa. Não podemos aceitar, em hipótese nenhuma, esse tipo de jogo. É uma prova inequívoca de que alguma coisa existe de muito errado com o novo aterro, além dos embargos judiciais, das questões jurídicas, existe alguma coisa muito estranha nessa história toda.

Primeiro porque desde 2004 estavam alertando dos problemas da célula Botuquara, e aqui deixo meu protesto.

Gostaria de saber o porquê a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa não se pronunciou durante todos esses anos a respeito desse assunto tão importante. Não enca-minhou sequer um representante para participar das Audiências Públicas mais importantes para a história da Cidade de Ponta Grossa. Ninguém foi lá representando a Prefeitura Municipal.

Numa reunião com técnicos, especialistas, uma reunião com autoridade, o Prefeito disse que não tinha uma opinião formada a respeito do novo aterro. Agora vem uma notícia dizendo que o atual aterro será desativado e a Cidade vai ficar à mercê, sem coleta de lixo, isso se não aprovarem o novo aterro particular.

Na Audiência Pública que estivemos participando, aliás, gostaria de parabenizar, e muito, o Deputado Péricles pela iniciativa e o Deputado Cheida, porque foi muito proveitosa nesse sentido.

No final da Audiência Pública debatemos a questão de promover uma legislação através da Assembleia Legislativa, para que as regiões e as Cidades tenham responsabilidade sobre seus resíduos. Podemos trabalhar nesse sentido, através de um projeto de lei na Assembleia Legislativa, para que o lixo de Curitiba não vá parar em Ponta Grossa, e o de Ponta Grossa não vá parar em Guarapuava e assim por diante. Acho que as regiões precisam ter responsabilidades.

Existe um problema sério em Curitiba com relação ao Caximba, mas me parece que o que está acontecendo em Ponta Grossa é muito grave, se não for ainda mais grave: estão querendo jogar lixo para debaixo do tapete. Existem problemas jurídicos com relação ao IBAMA, ela já se pronunciou a respeito disso.

Fiz um questionamento pela Assembleia Legislativa, mandei um requerimento aprovado por todos os Parlamentares ao IAP, que não respondeu, o que é um desrespeito para com esta Casa, o porquê da liberação sair assim em tempo record e sem muitas explicações. Infelizmente, o Presidente do IAP também não esteve presente na Audiência Pública, e o técnico, mesmo com boa vontade, e aqui reconheço, em tentar explicar não tinha conhecimento sobre o assunto, conhecimento técnico a respeito.

A notícia pegou a todos os pontagrossenses de surpresa nesse final de semana, que a Cidade pode ficar sem coleta de lixo. Infelizmente, tem que ter a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Estou ouvindo o seu pronunciamento com relação à situação do lixo. Parece-me que a Cidade de Ponta Grossa, da mesma forma acabou fazendo aqui um comentário sobre essa situação do lixo na Capital de Curitiba, tão falado, Caximba.

Quero fazer um questionamento. Ouço o presidente do IAP dando de moralizador nessa área de meio ambiente. Parece-me que é o professor de Deus, o único cidadão que entende de meio ambiente neste Paraná e no Brasil.

Mas o Presidente do IAP esquece que quando ele foi Prefeito da Cidade de Guarapuava, e conheço perfeitamente, era uma vergonha a questão do lixo em Guarapuava, a céu aberto, na BR. Era um lixão, que foi coberto por terra e que até hoje não tem solução.

Não é só isso. Vamos levantar outras situações; o Presidente do IAP, que era um dos maiores desmatadores da região de Guarapuava, enfim, era o homem que praticava caça de animais, todos sabem, na Cidade de Guarapuava. Portanto, acho que não tem muita moral para falar do meio ambiente. Acho até que o Governador fez uma escolha errada.

Mas, na sequência, em outras oportunidades, usarei da tribuna para fazer este tipo de comentário, até porque acho que é chegado o momento de começar a desmoralizar aqueles falsos moralistas, que querem vender uma coisa que não fazem e não fizeram no passado.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito obrigado pelo aparte.

Agora, naquela Audiência Pública, algo me chamou muito a atenção, porque a empresa mostrou no telão, o datashow, que aquela local aonde, estão se estabelecendo lá no Botuquara, numa região de parque ambiental, não seria o melhor local. Eles falaram isto.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

O senhor tem toda razão. Aí ficou claro, o Prefeito pode desapropriar a área que ele quiser para fazer o aterro.

Então, quando o proprietário da PGA disse que a área que ele estava fazendo o aterro era a segunda melhor área, que tinha uma outra, mas que o proprietário dessa área melhor não quis vendê-la, o Prefeito tem todas as condições de desapropriar essa área e se quiser pode terceirizar o aterro. Faz uma licitação. pode muito bem a PGA ir lá, ganhar a licitação e ela fica responsável, inclusive, pela construção do aterro. O Prefeito desapropria.

Então, o senhor tem razão numa coisa: o Prefeito tem em suas mãos a solução para esse problema. Portanto, tínhamos que impedir essa conversa que está nos jornais, de que não se pode fazer, como alternativa, mais uma célula na Botuquara. Acho que emergencialmente pode ser feita, até que a Prefeitura ache uma solução boa para a Cidade.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Tem que se fazer. Mesmo porque ainda os questionamentos não foram respondidos, se existe ou não perigo para o meio ambiente, para nossas gerações futuras da Cidade de Ponta Grossa. Ninguém conseguiu responder de forma contundente as perguntas que fizemos na Audiência Pública. Como vamos dar de presente isto a uma empresa de iniciativa privada, para que, de repente, amanhã ou depois, percebamos que foi um erro gravíssimo que cometemos para o meio ambiente, para a Cidade de Ponta Grossa, para o Estado do Paraná?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Vou abordar este assunto numa próxima oportunidade, mas quero fazer um alerta ao Presidente do IAP, o Dr. Vitor Hugo. Me parece que ele está mais a serviço de empresários do que a serviço do meio ambiente. É o que me tem parecido. Já tenho informações e estou indo em busca de mais informações.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Realmente, algo muito estranho está no ar, com relação ao lixo no Estado do Paraná. Isto não está cheirando bem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra, no horário destinado à Liderança da Oposição, ao Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de falar, hoje, sobre um assunto que a mídia e a grande imprensa tem noticiado no último final de semana. Diz respeito ao 9 de novembro de 1989. Todos sabemos, e a história nos conta, o que aconteceu na 2ª Guerra Mundial. A Alemanha foi derrotada, foi dividida em quatro, e quem a administrava era a União Soviética, ou seja, a Rússia, Estados Unidos, Inglaterra, ou seja, o Reino Unido, e a França. A parte que coube à União Soviética foi transformada na Alemanha Oriental, ou seja, a Alemanha comunista, e as outras três partes ficaram com o regime democrático, onde as três Nações tinham sobre elas o direito da sua administração.

Gostaria de lembrar a data de hoje.

(Lê):

“A data de 09/11/89, tem para os alemães e seus descendentes, inclusive aqueles que vieram para o Paraná há 180 anos, um significado especial: foi o dia em que Berlim, a Capital da Alemanha, voltou a unificar sua população.

Nessa data foi iniciada a demolição do nefasto Muro de Berlim, o principal símbolo da guerra fria.

Para uma Cidade que já tinha sofrido a humilhação que lhe foi imposta pelo gesto tresloucado de um ditador que sonhou conquistar o mundo, a separação foi de uma crueldade desumana.

A divisão do butim, entre os Países que unidos impuseram a derrota ao sonho hitlerista, acabou por punir igualmente a todos os alemães residentes em Berlim, independente de a maioria não ser adepta do nazismo.

Ao início a administração de Berlim seria única, com representação dos quatro Países dominantes: a Kommandantura.

Desentendimentos posteriores determinaram a divisão ocorrida em junho de 1948, acabando por determinar o bloqueio das ligações entre as duas partes de Berlim: a Oriental, comunista, e a Ocidental, democrática.

A parte de Berlim Oriental, comunista, beneficiou-se de investimentos oficiais, inclusive do Plano Marshal, elaborado por um General americano, George Marshal, para beneficiar os Países atingidos pela guerra; a parte Ocidental desenvolveu-se de maneira surpreendente, beneficiada por investimentos privados.

Ao início do bloqueio, uma ponte aérea foi implantada pelos aliados da parte democrática, para garantir o suprimento de alimentos e artigos indispensáveis à população, na medida em que a área portuária pertencia à Berlim comunista.

Inclusive um acordo altamente oneroso foi feito entre as partes, para evitar a redução das exportações de Berlim Ocidental, ao custo de US\$ 170 milhões.

Suspensão o bloqueio, a situação tendia à normalidade.

Ocorre que as fugas constantes dos que residiam no setor comunista não eram impedidas pelas cercas de arame.

As simples medidas de repressão policial eram insuficientes para contê-las, razão que determinou a decisão por parte das autoridades comunistas, da construção de um longo muro nos limites nas zonas leste e oeste.

Durante 28 anos permaneceu a situação humilhante, nesta altura condenada por todo mundo ocidental que o denominava de O Muro da Vergonha.

Mesmo com essa barreira quase intransponível, inúmeras fugas ocorreram, outro tanto de tentativas frustradas punidas com a morte ou a prisão, simbolizavam a ânsia de liberdade, que a maioria certamente aspirava.

Tentavam fugir ao sufoco imposto pelo regime comunista, onde as liberdades individuais não eram respeitadas.

Com o início da derrocada do império comunista com a desagregação dos Países que compunham a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, já sob a presidência de Mikheil Gorbachev, o muro teve sua derrubada iniciada.

Uma alegria incontida tomou conta da população berlinense, que ocorreu ao muro para ajudar na demolição, com repercussão positiva em todo o mundo.

Afinal, era o fim de uma tragédia humana!

As comemorações deste mês de novembro, quando 20 anos nos separam desse dia histórico da derrubada do Muro de Berlim, também servem como reflexão.

Outros fatos estão a merecer uma definição positiva.

Inúmeras guerras ocorrem no mundo hoje chamado de ‘civilizado’.

A divisão das Coréias, as lutas entre judeus e palestinos, rebeldias na Espanha e Inglaterra, e tantas outras situações como as que começam a avançar nesta nossa América Latina, devem levar os homens de bem a refletirem.

A paz ainda é um sonho a ser alcançado.

Nós, descendentes de origem germânica, que no Brasil festejamos a chegada dos primeiros alemães a este País abençoado, também ansiamos para que as demais partes do mundo derrubem os seus muros invisíveis.

Oremos para que situações como as vividas na hoje unificada Alemanha, jamais voltem a se repetir.”

Por essa razão, Sras. e Srs. Deputados, que eu fiz questão de lembrar esse fato hoje, porque hoje comemoramos, exatamente no dia 9 de novembro, os 20 anos da

derrubada do muro; como no último dia 3 de outubro também comemoramos os 19 anos da unificação da Alemanha. Enquanto que o regime socialista, comunista, cai no mundo inteiro, infelizmente no nosso País e na América Latina existem muitas pessoas que ainda são adeptas e defendem exatamente esse regime.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Sou brasileiro, mas meus avós são alemães. Eu o saúdo, com muito prazer, e parabéns pelas suas palavras.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Obrigado, Deputado.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, nobre Deputado Elio Rusch, e cumprimentar toda a grande colônia de alemães que vivem no Estado do Paraná. Gente trabalhadora, que ajudou a construir esse Estado com o suor da sua testa, com a força das suas mãos, com o seu grande coração, sua dedicação à terra, agricultura, à pecuária. O interior do Paraná deve muito à grandeza que tem a colônia alemã.

Quanto à derrubada do muro, comemoramos agora os 20 anos da queda do Muro de Berlim. Mas o senhor coloca muito bem, precisamos também derrubar os muros que existem na mente de algumas pessoas, o muro do reacionarismo, do preconceito, da intolerância, da intransigência; derrubar o muro que está dentro das mentes daqueles que ainda vivem no atraso e na época das trevas.

Esse é o grande desafio que temos a propor, que seja pacificamente, de forma inteligente, educada e respeitosa, a derrubada dos muros nas mentes das pessoas.

Obrigado e parabéns por trazer esse tema ao Plenário da Assembleia.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço o aparte, Deputado Ney Leprevost. V. Exa. levanta e lembra, com muita propriedade, dos imigrantes alemães que vieram ao Brasil há 185 anos; no Paraná, mais precisamente na Cidade de Rio Negro, no dia 19/02/1829. É por essa razão que comemoramos neste ano os 180 anos da imigração alemã no Estado do Paraná, como comemoramos os 185 anos da imigração alemã no Brasil.

Tenho certeza que todos os alemães, não só os alemães, mas acho que todos os Países, seja qualquer País da Europa, seja da Ásia, África, das Américas, de qualquer Continente, tenho certeza absoluta que todos estão comemorando a derrubada desse muro, que era o muro da vergonha, que separava uma Cidade.

Tive o privilégio, Srs. Deputados, de assistir, quer dizer, aquilo que ainda separa, o muro não existe mais, fisicamente, mas ele existe na mente das pessoas. E V. Exa. tem levantado, com muita propriedade, no momento em que a Alemanha, um País democrático, ou seja, o capitalismo, se une com a Alemanha comunista lembramos o que trouxe esse regime para o povo alemão. Graças ao presidente da União Soviética, Gorbachev, que iniciou esse trabalho da derrubada do muro.

Deputado Romanelli, tenho certeza absoluta que nesta Casa nenhum Deputado deve estar envergonhado; pelo contrário, todos estamos felizes por esse acontecimento e pelos 20 anos que se comemora, na Alemanha e no mundo, a derrubada desse muro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns, Deputado Elio Rusch.

Antes da Liderança do Governo, quero anunciar que a reunião da Frente parlamentar de Segurança Alimentar será dia 17, às 13h30, na sala de reuniões da presidência. É o que comunica a Deputada Luciana Rafagnin. De igual maneira, esta presidência comunica os Deputados que foi publicado no Diário da Assembleia Legislativa a Proposta de Emenda Constitucional, Proposição nº 071/09, de autoria do Deputado Elton Welter, que objetiva alterar o parágrafo único do artigo 133 da Constituição Federal. Sendo assim, está aberto o prazo de três dias para a apresentação de emendas. O Deputado Elton Welter já está colhendo a lista dos membros indicados por cada partido para pertencerem à comissão.

Com a palavra, no horário da Liderança do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

***Liderança do Governo: Deputado
Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não posso deixar, Deputado Elio Rusch, de registrar, em função do seu pronunciamento, esse marco na história recente da humanidade. A queda do muro de Berlim, o fim da União Soviética marcou o fim de uma era, a era da guerra fria, dos 70 anos de experimentar o regime comunista na sociedade moderna, contemporânea.

Claro, a queda do muro teve vários significados. O maior deles é que nenhum muro de pedra é possível sustentar e impedir que as ideias, que a liberdade, prevaleçam. Especialmente a liberdade de expressão. Liberdade essa que aliás foi muito bem definida nessa Conferência Estadual realizada aqui no Paraná sobre comunicação social. Até porque a liberdade de expressão não é dos meios de comunicação. A liberdade de expressão é do cidadão. Claro que o regime comunista, no momento em que tentou, de forma totalitária, impedir a liberdade de manifestação das pessoas, acabou por ocorrer o início do

fim do regime. E o muro que dividia a Alemanha demonstrava muito bem a intolerância.

Em relação à intolerância, ninguém pode manter, durante muito tempo, um País dividido. Mais do que dividir o País, dividir as famílias; mais do que as famílias, um País dividido do ponto de vista daquilo que é a construção de uma sociedade livre, justa e, mais do que tudo, solidária. Por isso acabou caindo.

Embora tenha que reconhecer que o papel do Gorbachev, ele foi eleito pelo partido comunista para ser Secretário Geral e foi, indiscutivelmente, um agente do neoliberalismo. Há de se reconhecer que foi o fim da União Soviética que fez com que o neoliberalismo, que havia sido, em 1950, formulado por Hayek, pudesse, com a Margareth Thatcher, no fim dos anos 70, início dos anos 80, e com Ronald Reagan, ter seu advento.

Seguramente, vivemos 20 anos, quase 30 anos até a derrocada da bolsa no ano passado, Diria que ali foi o fim dessa experiência, dessa aventura neoliberalista. Então, penso que também estamos vivendo no fim de um ciclo, o do neoliberalismo.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Romanelli, acho que é importante hoje falar sobre a queda do Muro de Berlim, que é um marco. Alguns historiadores entendem que o século XXI começou já com a derrubada do Muro de Berlim, que separava dois sistemas.

Morei na Alemanha Oriental quatro meses, em 1987, dois anos antes da queda do muro. Na verdade, havia uma construção no mundo socialista real, uma construção ideológica como justificativa do muro. Por exemplo, quando não existia o muro, o trabalhador do mundo socialista morava ali, tinha casa de graça, tinha Saúde de graça, mas ia trabalhar no lado ocidental, onde ganhavam mais. Então, foi toda uma construção ideológica que levou ao muro e o sistema justificava o muro. Agora, nada justifica o muro que separa as pessoas. Então, está é o momento primordial da história da humanidade.

Hoje, devemos pensar que esse muro caiu, é ilusão achar que um novo muro vai dividir o Norte do Sul do Mundo, como o muro que os Estados Unidos está fazendo, uma divisão com o México, e toda a xenofobia que surge no mundo capitalista mais desenvolvido e mais rico com relação às pessoas pobres, tentando impedir os pobres de terem acesso à sua sociedade. Então, realmente, é um marco.

Só discordo com relação à questão do Mikhail Gorbachev. O Gorbachev foi um gênio, porque o que ele estava tentando fazer era uma democratização do socialismo real através de duas reformas: uma reforma econômica, que era a Perestroika; e uma reforma política igual à nossa.

É uma coisa muito interessante isso, Deputado Romanelli, porque no mundo comunista era como se fosse uma monarquia por laços partidários. Existia uma casta dirigente que se relacionava por laços partidários. Existia uma casta dirigente que se relacionava por laços partidários. Na Alemanha Oriental, o esporte da caça, por exemplo, existiam lá os parques para fazer a caça, só quem podia caçar eram as pessoas que tinham alta relevância social, ou seja, pertenciam ao partido. Era um sistema totalitário no sentido de que era uma coisa única. O líder, para ser Reitor de uma universidade, tinha que ser do Partido Socialista Unificado Alemão.

O Gorbachev tentou fazer uma reforma, a começar pelas fábricas em que os trabalhos pudessem eleger democraticamente o diretor da fábrica, que o sistema não permitia. Então, é uma reforma muito bonita, mas isso permitiu que toda aquela ansiedade explodisse, e mostrou claramente que a ideia stalinista de construir o socialismo só o País não tinha um dever histórico. É uma grande reflexão que deve ser feita e devemos ter em mente que nada justifica o muro, nem a razão. Ele é injustificável por si mesmo, e por isso os Países ricos, que hoje tentam construir muros para impedir as pessoas pobres de terem uma relação de livre trânsito, também vão ser derrotados nesse aspecto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Péricles, obrigado pelo aparte.

Indiscutivelmente, há muitos muros sendo construídos diariamente na nossa sociedade, e o principal deles penso que é justamente o da desigualdade social. Este é o grande muro que separa as pessoas. A queda do muro foi benéfica, até por causa do advento da internet, as mudanças que tivemos nas redes sociais de comunicação. Tudo isso mudou muito, e muda muito rapidamente o modelo de democracia que temos. São mudanças importantes que temos verificado.

Concluindo, Presidente, quero falar sobre essa questão que envolve os resíduos sólidos, que chamamos de lixo.

Saneamento básico, modernamente, Deputado Cheida está dividido em quatro variáveis: água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais, que também tem que ser incluída no saneamento básico. Antigamente era água e esgoto.

Indiscutivelmente, o Paraná tem um problema sério em relação à questão do lixo. O Instituto Ambiental do Paraná é o responsável para tratar desse tema, do ponto de vista da aplicação da legislação ambiental. Não dá aqui para tentar satanizar a figura do Presidente do IAP, o Vitor Hugo Burko. O Deputado Cheida foi o Secretário do Meio Ambiente e sabemos que o IAP tem um mecanismo de colegiado de decisão e discussão. As câmaras temáticas, os técnicos discutem os temas, feitos os pareceres com base nos EIA-RIMAS, nas Audiências Públicas, em um processo amplo de discussão.

A questão que envolve o lixo de Ponta Grossa, o de Curitiba, onde na Capital estamos vivendo um período complexo, que indiscutivelmente teremos que ter a prorrogação do funcionamento do Caximba. Não há nenhum outro aterro sanitário possível de ser utilizado, e ao mesmo tempo o prazo está se esgotando.

Por outro lado, a licitação que envolve a contratação do consórcio, que vai fazer a gestão do novo aterro sanitário, não está concluída e está paralisado por decisão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Ao mesmo tempo, não há mais o pronunciamento definitivo da Justiça. Fico ouvindo esse debate que está sendo travado nas rádios, televisões e blogs e percebo que há muito interesse em relação a essa questão.

Concluindo, Sr. Presidente, dizer que há o interesse público, e o IAP age nesse caso, não porque tem alguma disputa política com o Município de Curitiba; ao contrário. Entendo que há o encaminhamento, que já foi dado e bem formulado pelo Município de Curitiba, mas temos que reconhecer que os obstáculos são muito grandes. Quantos anos essa licitação, para poder contratar o consórcio que vai fazer a gestão dos resíduos sólidos de Curitiba e Municípios metropolitanos? Há quanto tempo com decisões judiciais, que interrompem o processo? O próprio Tribunal de Contas, que tomou uma decisão também e interrompeu o processo de contratação, decisões judiciais favoráveis a desfavoráveis.

O tema é complexo e não podemos deixar de reconhecer que há também, no caso específico de Curitiba e Região Metropolitana, uma orientação do Ministério Público. O Procurador do Meio Ambiente, Honorato - não tenho dúvida que se hoje o Presidente do IAP conceder a prorrogação do Caximba - vai receber como apresentação uma ação civil pública, por improbidade. O tema envolve indiscutivelmente uma discussão com o Ministério Público, para tomar uma decisão junto com o Município, com o Prefeito Beto Richa, para dar uma solução, para a licitação para o Tribunal de Contas, com o Tribunal de Justiça, e com isso tratarmos melhor do tema, para poder pensar nas gerações futuras.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, comunicado subscrito pelo Exmo. Sr. Presidente Nelson Justus, constante do expediente, informando ao Srs. Deputados que foi publicada no Diário da Assembleia a Proposta de Emenda Constitucional - Proposição nº 071/09, de autoria do Deputado Elton Welter, que

objetiva alterar o parágrafo único do artigo 133, da Constituição Estadual. Sendo assim, está aberto o prazo de 03 (três) dias para apresentação de emendas, de acordo com o Capítulo I, do Título V, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 915/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, que a PR-090 passe a ser denominada Rodovia Gumerindo Boza, nos trechos que interligam o Município de Curitiba e a sede do Município de Campo Magro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 916/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, a disponibilização de 01 (uma) ambulância para o Município de Rio Branco do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 917/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, a disponibilização de 01 (uma) ambulância para o Município de Almirante Tamandaré. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 018/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a reciclagem de lixo recolhido nas redes de pesca no Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 004/09, de 02/02/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 287/09, de autoria do Deputado Ademir Bier, fica denominado Colégio Estadual Professor Ildo José Fritzen, o novo

estabelecimento de ensino localizado no Município de Entre Rios do Oeste. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 61/09, de 09/06/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 361/09, de autoria do Deputado Mario Roque, que insere no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa da Tainha e a Festa do Pescador. **Aprovada. (Publ. no DA nº 084/09, de 03/08/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 704/07, anexos aos Projetos de Lei nºs 298/08, 266/08 e 302/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a instituição do programa para destinação e recolhimento de óleo ou gordura utilizado na fritura de alimentos nos Órgãos Públicos do Estado. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO**

Apreciamos neste turno o substitutivo da CCJ. **Aprovado.**

Em votação o projeto, na forma do substitutivo. **Aprovado.** Voto contrário dos Deputados Romanelli e Jocelito Canto.

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que cria a Semana Paranaense da Água e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 073/09, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação ao Município de Califórnia, de área com 720,00 m², com edificação, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Organização de Ensino e Pesquisa do Paraná - OREPAR, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA.**

Em discussão. Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 8

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores da Região Norte - AMONO, com sede e foro no Município de Luiziana. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. COM EMENDA DA CCJ.**

Em discussão o projeto ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 070/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Maringá. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovada. (Publ. no DA nº 101/09, de 01/09/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 441/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por objetivo a doação de imóvel ao Município de Maringá, em atendimento ao interesse público, uma vez que referido bem será destinado, exclusivamente, para a duplicação da rua Lauro Eduardo Werneck, uma das vias de acesso ao *campus* da Universidade Estadual de Maringá.

Fundamentação

Inicialmente, considerando-se as atribuições dispostas no artigo 33, § 2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, compete à Comissão de Constituição e Justiça a manifestação acerca do aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa deste projeto.

De acordo com a Lei nº 4.717/65, reguladora da Ação Popular, o patrimônio público compõem-se pelos bens e direitos de valor econômico, artístico, histórico ou turístico; pertencentes, pois, aos entes da Administração Pública Direta e Indireta¹. O Código Civil Brasileiro de 2002, por sua vez, dispõe que os bens públicos distinguem-se em: de uso comum do povo, de uso especial e os dominicais². Neste caso, ora em apreço, fala-se de bens públicos dominicais, que são aqueles sem destinação pública definida, razão pela qual podem ser aplicados pelo Poder Público, para obtenção de renda; é o caso das terras devolutas, dos terrenos de marinha, dos imóveis não utilizados pela Administração³.

1. Art. 1º, § 1º, da Lei nº 4717/65. Consideram-se patrimônio público, para os fins referidos neste artigo, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que é de competência comum entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios a conservação do patrimônio público.¹ Por sua vez, a Lei Federal nº 8666/93, dispõe que a alienação de bens da Administração Pública será realizada mediante prévia avaliação e processo licitatório na modalidade de concorrência, a ser dispensado em casos específicos, bem como diante a existência de interesse público devidamente justificado².

Ou seja, a alienação de bens dominicais - sendo a doação uma de suas hipóteses -, para tornar-se válida, exige demonstração de interesse público, prévia avaliação, licitação e autorização legislativa³. Portanto, faz-se imprescindível a comprovação de que, pretendido ato de alienação, é correspondente ao interesse geral.

O interesse público nada mais é que a dimensão pública dos interesses individuais, ou seja, dos interesses de cada indivíduo enquanto partícipe da Sociedade (entificada juridicamente no Estado), nisto se obrigando também o depósito intertemporal destes mesmos interesses, vale dizer, já agora, encarados eles em sua continuidade histórica, tendo em vista a sucessividade das gerações de seus nacionais⁴.

Insta observar que a análise acerca da existência de interesse público compete ao Chefe do Poder Executivo Estadual, uma vez que é de sua atribuição legislar sobre matéria afeta à administração pública, referentemente à gestão do patrimônio público⁵. Por conseguinte, ao pretender doar imóvel ao Município de Maringá, com a finalidade de destinar referido bem à duplicação de uma das principais ruas que dão acesso ao *campus* universitário da Universidade Estadual de Maringá.

Ademais, a Constituição do Estado do Paraná determina que os bens imóveis, pertencentes ao Estado, somente poderão ser objeto de doação quando o seu beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta⁶.

2.Art. 99, *caput*, da Lei nº 10406/02. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

3.DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, São Paulo: Ed. Atlas, 2007. 18ª edição. pg. 579.

1.Art. 23. *caput*. CF/88. É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

Desta feita, vislumbra-se a perfeita consonância entre a pretensão deste projeto de lei aos moldes constitucionais, posto que obediente à esfera de competência atribuída ao Poder Executivo, bem como às exigências, constitucionais relacionadas às hipóteses de alienação de bem pertencente à Administração Pública.

Por fim, quanto à estruturação normativa, inexistem óbices às normas de técnica legislativa disposta na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Em assim, sendo, em face da constitucionalidade e legalidade deflagradas, opinamos pela aprovação do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 441/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva efetuar a doação de imóvel ao Município de Maringá, no Estado do Paraná.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Segurança Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo o funcionamento de uma Unidade Escolar para o Ensino Escolar para o Ensino Fundamental em tempo integral.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 03/11/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

2.Art. 17 da Lei nº 8666/93. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas, e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência.

3.DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, São Paulo: Ed. Atlas, 2007. 18ª edição. pg. 593.

4.BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo, São Paulo. Ed. Malheiros, 2005, 18ª edição, pg. 52.

5.Art. 87 da Constituição Estadual. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Estadual, na forma da lei.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 076/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Paranavaí. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 101/09, de 01/09/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 447/09

P A R E C E R :

O projeto de lei ora em análise, de iniciativa do Poder Executivo Estadual, tem por finalidade obter autorização para efetuar a doação de imóvel ao Município de Paranavaí/PR, para implantação de Unidade Escolar para o ensino fundamental.

O projeto em questão versa sobre a utilização, destinação e administração dos bens públicos. Nesse sentido, cumpre ressaltar que os bens públicos, como todos os direitos de cunho artístico, cultural e econômico, integram o chamado patrimônio público, os quais tem como titular a Administração Pública, sendo esta direta ou não.

No caso em tela, o imóvel destinado à doação, é passível de alienação, vez que não encontra destinação pública própria, e por conseguinte, integra o rol de patrimônio disponível da administração. Os bens públicos podem passar do domínio público para o particular, resultando claro que os bens públicos são inalienáveis enquanto tiveram destinação pública.

Assim sendo, conforme o artigo 101 do CC, não existe vedação legal para que o imóvel aqui mencionado seja alienado, na forma pretendida pelo Poder Executivo, eis que integra o rol de bens dominiais, desde que verificados os requisitos de prévia avaliação, interesse público, licitação e autorização legislativa.

Ressalte-se que ao pretender doar imóvel ao Município de Paranavaí, com a finalidade de destiná-lo à implantação de unidade voltada ao ensino, o Governador objetiva atender ao interesse geral.

Assim, o projeto de lei em análise apresenta-se em consonância com os dispositivos constitucionais e legais, atendendo igualmente à técnica legislativa disposta na Lei Complementar nº 095/98, razões pelas quais opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

6.Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 447/09

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva a efetuar a doação de imóvel ao Município de Paranavaí, no Estado do Paraná.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Segurança Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo o funcionamento de uma Unidade Escolar para o ensino Escolar para o Ensino Fundamental em tempo integral.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 03/11/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 576/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Avicultores de Bom Sucesso - AAVIBOM, com sede e foro na Cidade de Bom Sucesso. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/09, de 21/10/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 576/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Avicultores de Bom Sucesso - AAVIBOM, com sede e foro na Cidade de Bom Sucesso, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise. Na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 576/09

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 576/09, que passa a ter a sua Súmula com seguinte redação:

“Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Avicultores de bom Sucesso, com sede no Município de Bom Sucesso e foro em Jandaia do Sul.”

Sala das Comissões, em 27/10/09.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 5318, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o Secretário Enio Verri, consultado pela Liderança do PT, se dispôs, é claro, a vir a Assembleia Legislativa para poder prestar os devidos esclarecimentos referentes à questão que envolveu a elaboração do orçamento do Estado do Paraná. Ao mesmo tempo, sabemos que ficaria muito ruim para a Assembleia Legislativa aprovar um requerimento de convocação de um Parlamentar para vir aqui, não que Parlamentar não possa ser convocado, pode; mas quando um Secretário de Estado se dispõe a vir a Assembleia Legislativa, penso que esta convocação formulada pelo Deputado Belinati poderia ser transformada num convite, aprovado por esta Casa, e o Deputado Nereu Moura, que é Presidente da Comissão de Orçamento, poderia realizar uma reunião da comissão e convidar o Secretário do Planejamento do Estado, para que aqui ele pudesse vir e prestar os esclarecimentos no âmbito da Comissão de Orçamento. Demonstraria quais foram os critérios adotados pela Secretaria do Planejamento para fazer a peça orçamentária que esta Casa votará ainda neste período, que já se encontra aqui. Co isso fazer os esclarecimentos relativos à questão do montante destinado às várias áreas: como foi feito esse processo de distribuição, como foram respeitados os limites constitucionalmente definidos.

Penso que a presença do Secretário é muito válida, mas não como convocação, o Deputado Belinati, que teve o interesse, e aí eu penso que ele, pela capacidade que tem de poder sensivelmente ver os temas que são os mais importantes, e a discussão sobre a destinação de recursos, até porque esta Casa aprovou uma emenda constitucional onde é obrigação do Poder Executivo investir mais do que 30% em Educação, e sabemos que o Governo está

investindo mais que 30% ao ano, de tudo que arrecada em Educação, sabe exatamente aonde está sendo aplicado, o que está sendo aplicado na educação básica, no ensino superior, aquilo que sabemos que é importante em termos de investimento.

O apelo que faço aqui ao Deputado Belinati é que ele possa converter essa convocação num convite, e esse convite, que aliás já foi aceito pelo Secretário Enio Verri, mas que ele viesse no âmbito da Comissão de Orçamento, para cada Parlamentar que tenha interesse compareça, e acho que teremos grande proveito na presença do Secretário Enio Verri aqui na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero até ratificar o apelo do Deputado Luiz Claudio Romanelli ao Deputado Belinati, pela sua elegância naturalmente haverá de entender que o que queremos é ouvir o Secretário, e poderemos ouvi-lo na Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Nereu Moura, e através de um convite combinaria muito mais com o Deputado Belinati do que uma convocação.

Concedo a palavra ao Deputado Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Para Encaminhar)

Primeiro, quando V. Exa. elogia minha elegância, seria elegância uma postura aqui no comportamento parlamentar, porque eu, com a calça rancheiro, jean, que custou R\$ 19,80, diante do traje europeu do nosso Presidente Nelson Justus

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A elegância interna é a que importa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Melhorou mais ainda o elogio de V. Exa.

Quero dizer que estamos aqui com o Deputado Ricardo Barros e depois vamos falar sobre ele, que é um Deputado que trabalha pelo Paraná em Brasília, por isso está sempre lá com uma estrela brilhando. Continue, Deputado Ricardo Barros, defendendo o nosso Paraná, trazendo verbas, inclusive para as pequenas Cidades investirem em Educação, em Saúde, em Segurança, melhorias nas estradas e apoio ao agricultor e ao micro-empresário.

Presidente, o Deputado Romanelli, com muita habilidade, e V. Exa. está referendando, acho que o Secretário do Planejamento tem, sim, que comparecer a esta Casa, diante do clima que está sendo criado de que vai se diminuir a verba para várias áreas da Educação no orçamento do próximo ano. Isso é uma coisa extremamente grave. E o Deputado Enio Verri, que é meu amigo, pertence a um partido que não é meu, pertence ao PT, também deve estar preocupado. Tem gente entendendo quem é que está cortando esta verba, podendo, diminuindo a verba para a área da Educação. E para corrigir esse mal-estar, nada melhor que S. Exa. o Secretário - que também tem o mandato parlamentar, que está licenciado

para ocupar a Secretaria do Planejamento - que o Secretário venha até aqui. Acho que é de interesse do próprio PT fazer esses esclarecimentos e venha nos explicar, afinal de contas, qual vai ser a verba no orçamento para Educação no ano que vem, o que vai ser diminuído e por que haverá corte de verba para a Educação.

No meu entendimento não se diminui verba nem para Segurança, nem para Educação e muito menos para a área de Saúde. Temos que aumentar essa verba.

Diante do apelo do Deputado Romanelli e de V. Exa., peço permissão para modificar, porque para o povo não importa se o Secretário vem convocado, intimado, ou vem de cortesia. Até para a imprensa o interesse maior é explicar se vai ou não haver corte na verba da Educação. Agora, de que maneira ele virá para cá é o que menos importa para os paranaenses. O que mais importa é que não haja corte na verba da Educação.

Rendo-me ao apelo para que seja transformado de convocação para convite.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o convite ao Secretário Enio Verri para a Comissão de Orçamento. **Aprovado.**

Requerimento n° 5337, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, percebo que V. Exa. está de bom humor nesta segunda-feira. Certamente deve ser pelos resultados do Brasileirão.

Quero encaminhar favoravelmente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento n° 5398, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

O Deputado Fábio Camargo requer:

(Lê):

Pedido de informações ao Ilmo. Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, referente as seguintes informações:

1) *Qual a arrecadação total do ICMS sobre cigarros e similares?*

2) *Qual o valor calculado e estimado da sonegação sobre esses itens no que tange aos contratados realizados no Estado?*

Haja vista a grande incidência de autuações e apreensões de cigarros oriundos da além fronteira do Oeste do Paraná.

Esse caso aqui do cigarro não é contrabando; é descaminho. Contrabando é quando a mercadoria é proibida. Mas quando a mercadoria é lícita, é descaminho.

Acho que é impossível responder o item 2. Com essa ressalva, encaminhamos favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. **Aprovado.**

Requerimentos n°s 5360 a 5363 e 5399, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5358, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5399-A, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5391 e 5392, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5387, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5359, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Com a palavra a Deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Acho que não poderia deixar passar um momento triste de dor, que vive a Cidade de Ivatuba, bem como os familiares do sempre Prefeito Adolfo Semprebom. Um bom que tanto fez pela sua Cidade, pela sua gente.

Nós estivemos, o Presidente Nelson Justus, Srs. Deputados, ontem, o Deputado Ricardo Barros, juntos fomos levar um abraço de carinho às suas filhas, aos seus familiares, à população que perdeu, na tarde de sábado, um homem do bem. Um homem público que, como Prefeito que foi, sempre presente nesta Casa, sempre solicitando políticas públicas para melhor atender a sua população de Ivatuba.

Fica aqui o nosso sentimento de pesar pela perda desse homem tão querido, tão amoroso, Prefeito Adolfo Semprebom.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Juntamente com a Deputada Cida Borghetti também associam-se pedido de requerimento os Deputados: Nishimori, Dr. Batista e, claro, todos os Deputados aqui presentes.

Requerimento n° 5368, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5389, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5388, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5357, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5365, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5367, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5364, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5370, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5371, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos n°s 5372 a 5386, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Pela ordem a Deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (Pela Ordem)

Em nome da APASDE - Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais, da qual nós também fazemos parte - e uma associação que vem ajudando muito principalmente as pessoas que mais necessitam - fica aqui o convite para a confraternização anual que acontece amanhã, no Restaurante Madalosso, às 20h. Os funcionários desta Casa estão sendo convidados com seus familiares. A venda dos convites é na APASDE, aqui na sala 106, 1° andar, nos ramais 4044 e 4144.

Fica aqui este convite a todos, que participam da confraternização, onde as famílias estarão presentes, os Deputados, os assessores, os funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Comunicar que os membros da PEC de autoria do Deputado Elton Welter: pelo PMDB, Deputado Romanelli; pelo PSDB, Deputado Traiano; pelo PT, Deputado Péricles de Mello; Democratas, Plauto Miró; PP, Duílio Genari; Bloco PRB/PSB/PV, Deputada Rosane Ferreira.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Amanhã, às 11h da manhã, na sala das comissões, a Comissão Permanente de Saúde promove uma Audiência

Pública para debater o veto do Exmo. Sr. Governador ao projeto de lei que estabelece prazo para que as Cidades-polos do Paraná instalem mamógrafos, com o objetivo de detectar em fase precoce o câncer de mama.

Fica o convite à sociedade, a Sessão é aberta a todos e aos Srs. Deputados.

Gostaria de me irmanar a V. Sa. e aos demais Deputados, meus sentimentos de pesar pelo falecimento do nosso querido Ernani Ribas do Vale, o gordo. Santa Felicidade, com toda certeza, não terá mais tanta alegria aos domingos, quanto tinha com o Ernani, mas tenho certeza, que lá no céu onde está, ele vai continuar lá de cima xingando nós os atleticanos, jogando truco com o Severino Madalozzo, que é outra pessoa que faz falta. Com toda certeza ele vai, lá de cima, continuar com sua alegria, iluminando seus amigos e todas as pessoas que tinham-no como o maitre mais querido de todo o Paraná.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, á hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 167 e 554/09.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 497 e 562/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 441, 447 e 576/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 469 e 470/09.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 056/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias DAT

PORTARIA N° 235/09 - DAT

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 269 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei n° 16032 de 29/12/08.

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei n° 16032 de 29/12/08 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903014	2000	100	200.000,00
Total			200.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903004	2000	100	142.180,00
33903913	2000	100	57.820,00
Total			200.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 03/11/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Alexandre Curi - 1º Secretário

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato

OFÍCIO N° 069/09

Curitiba, 03/11/09.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse diário

oficial do Poder Legislativo Estadual, o Extrato contendo em suma o resultado da Reunião realizada em 03/11/09, para os fins previstos no artigo 33. parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de Recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- Projeto de Lei nº 394/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 423/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 439/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 512/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 523/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 524/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 529/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 533/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 535/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 539/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 559/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 580/09 - Parecer favorável
- Proposição Veto nº 066/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 402/07 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 532/07 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 472/09 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 482/09 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 503/09 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 505/09 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 507/09 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 541/09 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 547/09 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 549/09 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 555/09 - Parecer contrário

(a) DURVAL AMARAL
Presidente da Comissão
de Constituição e Justiça